



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - IH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**O Benefício de Trabalho Externo Concedido às
Mulheres em Cumprimento de Pena no Regime
Semiaberto: o Caso do Distrito Federal.**

Ágatha Marina Murari Azzolin

BRASÍLIA
Dezembro, 2013.

Ágatha Marina Murari Azzolin

**O Benefício de Trabalho Externo Concedido às Mulheres
em Cumprimento de Pena no Regime Semiaberto: o Caso
do Distrito Federal.**

*Trabalho de Conclusão do Curso apresentada como exigência
parcial para obtenção do título de graduação em Serviço Social, pela
Universidade de Brasília – UnB, com orientação da Professora Doutora
Silvia Cristina Yannoulas.*

BRASÍLIA

Dezembro, 2013.

O Benefício de Trabalho Externo Concedido às Mulheres em Cumprimento de Pena no Regime Semiaberto: o Caso do Distrito Federal.

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social foi aprovado em 13/12/2013 pela banca examinadora:

Profª Doutora Silvia Cristina Yannoulas

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Profª Doutora Miriam de Souza Leão Albuquerque

Departamento de Serviço Social – SER

Universidade de Brasília – UnB

Assistente Social Talita Santos de Oliveira

Internação de Adolescentes de Planaltina - UIP, vinculada a Secretaria
de Estado da Criança do DF

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus por ter permitido encontrar pessoas que me auxiliaram a apreender a realidade e ter acesso ao conhecimento crítico.

À disponibilidade e compreensão da Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, representada pela Gerente da Psicossocial, Lucimara Rios e pelo João Fernando, pelas informações prestadas.

À Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – SEVEP, à equipe de Trabalho Externo e às Supervisoras desta Seção que disponibilizaram o material para coleta e por possibilitarem meu aprendizado enquanto realizava o estágio em Serviço Social.

À todas as Professoras do Departamento de Serviço Social da UnB que me ensinaram a lutar cotidianamente pela liberdade e justiça. E, em especial, agradeço pela paciência, motivação e dedicação da Professora Doutora Silvia Cristina Yannoulas, minha orientadora, responsável pelo meu processo de aprendizagem sobre os estudos de gênero e de trabalho.

E, por fim, mas não menos importante, aos amigos e às amigas que me ouviram durante este último ano de curso. E, em especial, ao Henrique Mello que tanto me apoiou na elaboração deste trabalho e ao Alexandre Haine que tanto me acalmou em momentos de desesperos.

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Serviço Social teve por objetivo identificar a percepção das instituições – entendido como os contratantes (empregadores), o Estado, a legislação e o Sistema Prisional - sobre o benefício de Trabalho Externo concedido às mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no Distrito Federal. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada a partir da análise nos documentos disponíveis na Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, na Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais – SEVEP e no Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Os resultados obtidos evidenciaram que as instituições descritas acima são reprodutoras do sistema social patriarcal, isto é, o benefício de trabalho externo concedido a estas mulheres mantém a precarização da força de trabalho feminina, isto é, condições precárias de trabalho, baixas remunerações, ocupações que exigem poucas qualificações e que são voltadas aos cuidados dos outros, determinado pelo patriarcado aos seres femininos. Em outras palavras, as mulheres são discriminadas do mercado de trabalho antes de chegar à prisão, durante o cumprimento da pena e depois quando recebe a liberdade.

Palavras-chave: benefício de Trabalho Externo remunerado, mulheres em cumprimento de pena, precarização da força de trabalho.

EPÍGRAFE

“É impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena. Com os funcionários e visitantes. E, por que não, com pesquisadores”.

LUMBRUBER, Julita, 1999.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro nº 1: Atividades Exercidas por Homens e Mulheres – FUNAP, DF/Brasil, 2012..... | 40 |
| Quadro nº 2: Remuneração por Nível – FUNAP, DF/Brasil, 2012..... | 40 |
| Quadro nº 3: Remuneração das Atividades por Nível – FUNAP, DF/Brasil, 2012..... | 41 |
| Quadro nº 4: Atividades Exercidas pelas Mulheres e suas Remunerações – FUNAP, DF/Brasil, 2012..... | 43 |
| Quadro nº 5: Atividades Exercidas pelos Homens e suas Remunerações – FUNAP, DF/Brasil, 201..... | 43 |
| Quadro nº 6: Atividades exercidas por mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012..... | 48 |
| Quadro nº 7: Atividades exercidas por homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012..... | 49 |
| Quadro nº 8: Média de remuneração percebida pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto, DF/Brasil, 2012..... | 52 |
| Quadro nº 9: Média de remuneração percebida pelos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto, DF/Brasil, 2012..... | 52 |
| Quadro nº 10: Convênios entre FUNAP, Empresas e órgãos públicos, DF/Brasil, 2012..... | 71 |

TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela nº 1: Quantidade de Presos/as, DF/Brasil, 2012..... | 38 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| Tabela nº 2: Local de nascimento das mulheres e dos homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012..... | 45 |
| Tabela nº 3: Idade das mulheres e dos homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012..... | 47 |
| Tabela nº 4: Escolaridade entre os homens e mulheres em cumprimento de pena, DF/Brasil, 2012..... | 55 |
| Tabela 5: Renda média mensal, segundo sexo. Brasil – 2001/2004/2006/2007/2008 (valores em R\$ de dezembro de 2008)..... | 56 |

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CDP - Centro de Detenção Provisória

CF – Constituição Federal de 1988

CFSS - Conselho Federal de Serviço Social

CIR - Centro de Internamento e Reeducação

CIR – Centro de Internamento e Reeducação

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei nº 5.452/ 1943)

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPP – Centro de Progressão Penitenciária

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

DF – Distrito Federal

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico

FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

InfoPen - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias

LEP – Lei de Execução Penal

PDF I e II - Penitenciárias do Distrito Federal

PFDF – Presídio Feminino do Distrito Federal

SciELO - Scientific Electronic Library Online

SEVEP – Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TEDis – Trabalho, Educação e Discriminação

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

UnB – Universidade de Brasília

VEP - Juiz da Vara de Execuções Penais

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| LISTA DE TABELAS E QUADROS | 7 |
| LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS | 9 |
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO | 12 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 13 |
| 1.3 OBJETIVO GERAL | 16 |
| 1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 16 |
| 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO..... | 16 |
| 2. METODOLOGIA..... | 17 |
| 2.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA REALIZADA | 19 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO | 21 |
| 3.1 O TRABALHO COMO ELEMENTO ONTOLÓGICO DO SER SOCIAL..... | 21 |
| 3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO | 24 |
| 3.3 AS MUHERES NO CÁRCERE | 28 |
| 3.4 O TRABAHO E A (RE)SSOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENA..... | 29 |
| 3.5 O TRABALHO DAS MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA..... | 30 |
| 4. ORGANISMOS QUE MEDIAM A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME SEMIABERTO NO DISTRITO FEDERAL | 31 |
| 4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO CNJ | 32 |
| 4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA FUNAP..... | 36 |
| 4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA SEVEP | 44 |

| | |
|---|-----------|
| 4.4 COMPARAÇÃO: EMPREGOS DESIGUAIS, INSERÇÕES DIFERENTES E (RE)SSOCIALIZAÇÃO DISTINTAS! | 54 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 59 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 62 |
| APÊNDICE | 66 |
| APÊNDICE I - CARTA DE APRESENTAÇÃO | 66 |
| APÊNDICE II – ROTEIROS | 66 |
| II. I - ROTEIRO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS NA FUNAP..... | 67 |
| II.II - ROTEIRO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS NA SEVEP..... | 67 |
| II.III - ROTEIRO PROPOSTO PARA COLETA DE DADOS NA MÍDIA ONLINE – <i>CORREIO BRAZILIENSE E JORNAL ALÔ BRASÍLIA, NÃO UTILIZADO</i> | 67 |
| ANEXOS | 69 |
| ANEXO I – AUTORIZAÇÕES OUTORGADAS | 69 |
| ANEXO II – QUADRO Nº 10: CONVÊNIOS ENTRE FUNAP, EMPRESAS E ORGÃOS PÚBLICOS, DF/BRASIL, 2012 | 71 |
| ANEXO III – TRECHOS DA CARTILHA DA MULHER PRESA E DA PESSOA PRESA | 73 |
| III.I - TECHOS DA CARTILHA DA MULHER PRESA..... | 73 |
| III.II – TRECHOS DA CARTILHA DA PESSOA PRESA | 75 |

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Serviço Social busca compreender e refletir sobre o benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no contexto do Distrito Federal – DF, realizando uma comparação entre o trabalho externo exercido por estas mulheres e o trabalho externo concedido pelos homens que se encontram a mesma situação.

Para isto, foram coletados os dados disponíveis *online* no Conselho Nacional de Justiça – CNJ pelo Programa Começar de Novo e nas instituições de mediação e analisam as propostas de emprego oferecidas às mulheres e aos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF: Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP, Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais – SEVEP, localizada no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF. O material coletado foi interpretado e analisado possibilitando a compreensão do trabalho das mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF o qual permite a reprodução das formas de discriminação das mulheres encarceradas dentro de uma lógica de produção e reprodução capitalista. Tal estudo, por meio da apreensão da realidade do trabalho carcerário, colabora a tomada de consciência e para a transformação da forma como é cumprida as penas das pessoas que cometeram delitos.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO

A Lei de Execução Penal nº 7.210/1984 – LEP - no artigo 3º reconhece que as pessoas que cumprem penas privativas de liberdade terão os mesmos direitos, expresso na Constituição Brasileira de 1988, previstos a todos os cidadãos, exceto aqueles direitos atingidos pela sentença ou pela lei.

O objetivo de uma pena não é punir e, sim, (re)socializar os/as condenados/as. Para isso, o trabalho é uma alternativa para (re)inserir os homens e as mulheres em cumprimento de pena.

Porém, percebe-se que as atividades exercidas pelas mulheres presas são diferenciadas das atividades executadas pelos homens visto que o Sistema Prisional reproduz

a sociedade que, por sua vez, ainda reproduz a lógica patriarcal, em que as mulheres são consideradas inferiores e submissas aos homens.

Sabendo destas particularidades, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - tem como **pergunta central**: as atividades de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF estão relacionadas à precarização da força de trabalho feminina, isto é, condições precárias de trabalho, baixas remunerações, ocupações que exigem poucas qualificações e que são voltadas aos cuidados dos outros, determinado pelo patriarcado aos seres femininos?

Ou seja, para compreender o significado dos trabalhos executados pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF precisou-se entender o motivo pelo qual essas mulheres são, em sua maioria, empregadas via FUNAP que empregadas via propostas particulares analisadas pela SEVEP, em quais atividades essas mulheres são empregadas?

Para responder essas perguntas, este TCC tem como **hipótese**: os contratantes (empregadores), o Estado, a legislação, a mídia *online* e o Sistema Prisional também são reprodutores do sistema social patriarcal vigente e, por isso, o benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF mantém a precarização da força de trabalho feminina, em outras palavras, as mulheres são excluídas do mercado de trabalho antes de chegar à prisão, durante o cumprimento da pena e depois quando recebe a liberdade.

1.2 JUSTIFICATIVA

A aproximação com o tema do TCC ocorreu no decorrer da graduação em Serviço Social no UnB, quando cursei as seguintes disciplinas: Trabalho e Sociabilidade, Processos de Trabalho e Serviço Social 1, Processos de Trabalho e Serviço Social 2, Política Social – Trabalho, Psicologia de Gênero e Legislação Social. Quando realizei os Estágio Supervisionado em Serviço Social 1 e 2 na SEVEP, estudando e analisando as propostas de empregos particulares à sentenciados e sentenciadas que se encontravam em regime semiaberto. E quando me incorporei ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Discriminação – TEDiS, realizando a disciplina Prática de Pesquisa.

Além disso, a escolha de estudar a particularidade do benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF decorre por residir nessa área territorial, sendo assim, é mais fácil à realização da coleta e a obtenção de dados.

Percebe-se, ainda, que no DF há um aumento de pessoas presas em relação à cidade vizinha, Goiás, conforme as informações que se seguem: segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen, até junho de 2012, o número de habitantes no DF é 2.562.963 pessoas e existem 11.453 pessoas presas no Sistema Carcerário¹, ou seja, a cada 100.000 habitantes existem 446,87 pessoas presas. Já o número de habitantes de Goiás é 6.004.045 pessoas com uma população carcerária de 12.578 pessoas presas e, portanto, 209,49 pessoas presas por habitantes. Isso quer dizer que se compararmos o DF com Goiás, o DF possui sua população mais encarcerada que sua cidade vizinha, que merece ser alvo de estudos.

Mas é importante ressaltar que DF e Goiás são cidades próximas que permite a locomoção das cidades do entorno. Cidade do entorno são cidades pertencente à Goiás e que são adjacentes do DF como, por exemplo, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Formosa. As pessoas que residem no entorno geralmente vão para o centro de Brasília para trabalhar, consumir, visitar e isto permite que as pessoas residentes no entorno também cometam delitos e, então, são julgadas e presas no DF. Há que considerar também que Goiás é uma cidade menos urbanizada que o DF.

Por considerar que as políticas públicas destinadas à população carcerária são deficientes como explicita Cardoso (2006) visto que as ações de assistência às pessoas presas não configuram ações de políticas sociais e são focadas no delito e nas regras disciplinares.

Quanto ao recorte de gênero deste TCC, durante a realização do referido Estágio na SEVEP, pode-se observar que havia diferenças e particularidades entre a população encarcerada feminina e masculina, uma vez que, chegavam à SEVEP poucas propostas de emprego oferecidas às mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF.

A população encarcerada já foi alvo de pesquisas, por exemplo, Mota (2012) que analisa a execução penal e sua relação com o Serviço Social e Oliveira (2009) que discute o papel do Serviço Social na redução dos índices de evasão e reincidência criminal, porém, o

¹ Contabilizados pelo relatório do Infopen (2012) os/as presos/as provisórios/as, no regime fechado, no semiaberto, no aberto e em Medida de Segurança.

público dos estudos sempre é a população presa masculina, esquecendo-se das mulheres presas.

Por outro lado, o autor Paiva (2011) estuda o poder sobre o gênero feminino, articulando com uma análise do papel das mulheres na sociedade e no sistema penal cuja figura nega e controla o feminino, decorrente da construção histórica, cultural e social. Para o autor, o cárcere é a concretização do masculino sobre o feminino, pois quando as mulheres ingressam no Sistema Penitenciário, elas perdem toda sua identidade e são obrigadas a aprender a ser a mulher que a sociedade espera, ou seja, dócil e domesticada. O autor relata ainda que o trabalho executado pelas mulheres reforça o discurso de submissão em relação aos homens e, assim, estas mulheres acabam por reproduzir as atividades realizadas extramuros, como os afazeres domésticos. Mas Paiva (2011) estuda o Sistema Prisional feminino em geral e não a particularidade do trabalho dessas mulheres.

Ao que se trata de conhecimentos científicos, o Sistema Carcerário, as mulheres e o trabalho estão sendo estudados por pesquisadores acadêmicos. Na base eletrônica de dados Scielo - Scientific Electronic Library Online² - os seguintes localizadores foram pesquisados: Ressocialização (foram encontrados 5 artigos), Mulheres (557 artigos), Mulheres Trabalho (1 artigo), Sistema Prisional (5 artigos), Sistema prisional feminino (1 artigo), Trabalho Prisional (3 artigos), Benefícios Prisionais (1 artigo) e Mulheres Sentenciadas (1 artigo). E na BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações³ – foram buscados os localizadores: Mulheres Presas (64 resultados foram encontrados), Trabalho prisional mulher (23 resultados), Trabalho prisional (126 resultados), Ressocialização (104 resultados), Trabalho das mulheres presas (62 resultados).

A melhor apropriação deste tema permite e incentiva a (re)formulação e execução de políticas sociais voltadas às mulheres em cumprimento de pena de forma mais efetiva, apostando também em tentativas de alterar o pensamento cultural de exclusão e discriminação de gênero que permeia a sociedade. Possivelmente o aperfeiçoamento do benefício de trabalho externo juntamente com outras políticas sociais podem permitir uma nova visão de sociedade em relação às mulheres em cumprimento de pena.

² Cujo endereço eletrônico está disponível em: <<http://www.scielo.br/>>.

³ Site disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>>.

1.3 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é identificar qual é a percepção dos contratantes (empregadores), do Estado, da legislação, da mídia *online* e do Sistema Prisional sobre o benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena no DF.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O TCC, desse modo, pretendeu alcançar os seguintes **objetivos**:

- I. Reconstruir a história do benefício de trabalho externo para as mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto do DF.
- II. Entender o significado atribuído pelo **sistema carcerário** ao benefício de trabalho externo das mulheres em cumprimento de pena regime semiaberto no DF
- III. Entender o significado atribuído pelo **empresariado** que oferece as vagas de trabalho às mulheres em cumprimento de pena regime semiaberto no DF.
- IV. Entender o significado atribuído pela **mídia online** ao benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O primeiro capítulo apresenta uma breve introdução, o problema central, a hipótese, a justificativa, os objetivos e a estruturação no qual foi elaborado este TCC. No segundo capítulo, foi desenvolvida a metodologia utilizada durante a elaboração deste trabalho.

O terceiro capítulo expõe o referencial teórico onde foram escolhidos alguns autores para subsidiar a análise deste estudo o qual foi dividido, para melhor compreensão, em cinco partes: o trabalho como elemento ontológico do ser social, a divisão sexual do trabalho, as mulheres no Cárcere, o trabalho e a (re)socialização das pessoas das pessoas em cumprimento de pena e, por fim, o trabalho das mulheres em cumprimento de pena.

O quarto capítulo desenvolve a análise e os resultados dos dados coletados no CNJ, na FUNAP e na SEVEP. E, por fim, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais onde são retomados o problema central e a hipótese com a finalidade de esclarecer a realidade encontrada nos trabalhos exercidos pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF.

2. METODOLOGIA

Este TCC realizou uma pesquisa de abordagem qualitativa a partir da análise documental referente às mulheres e aos homens que tiveram o benefício de trabalho externo concedido no ano de 2012 no DF.

Para a realização do projeto proposto, o trabalho foi dividido em quatro etapas: a primeira, foi solicitado autorização às instituições FUNAP, CNJ e SEVEP para estudo dos documentos existentes nestas instituições. No entanto, somente a SEVEP e a FUNAP autorizaram a realização da pesquisa, conforme o anexo I. O CNJ, cuja carta de apresentação se encontra no apêndice I, não autorizou este estudo, pois, segundo esta instituição, todas as informações estão disponíveis *online*. Diante disto, foram analisados os documentos como *Cartilha do Empregador* (2011), a *Cartilha da Pessoa Presa* (2012), a *Cartilha da Mulher Presa* (2012) e a Resolução 96/2009.

No segundo momento realizou-se a coleta dos dados. Para isso, foram elaborados roteiros para obtenção das informações essenciais para a pesquisa na SEVEP, na FUNAP e nas mídias *online* – *Correio Braziliense* e *Jornal Alô Brasília*, como demonstrado no apêndice II.I, II.II e I.III.

Na coleta de dados realizada na SEVEP foram obtidos informações sobre as mulheres e sobre os homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF que possuíam carta de emprego no ano de 2012. Essas informações foram retiradas do Termo de Compromisso do Empregador de cada sentenciado/a, resguardando o sigilo dos dados pessoais dos/as sentenciados/as. Quando os Termos de Compromisso do Empregador são elaborados não significa que o Juiz autoriza o benefício de trabalho externo, pois depende de outros fatores, tais como o delito cometido, relatório produzido pela SEVEP, análise da idoneidade da empresa, relatório de bom comportamento elaborado pelo Presídio. Mesmo assim, a amostra colhida é suficiente, pois a grande maioria das propostas são autorizadas

pelo Juiz. Foram retiradas desse Termo as informações sobre o ano e local de nascimento dos/as sentenciados/as, a função exercido/a pelos/as sentenciados/as e suas remunerações.

Foi traçado um perfil de idade dos/as sentenciados/as que possuíam carta de emprego naquele ano, bem como, um perfil do local de nascimento com o intuito de compreender se os/as sentenciados/as são nativos do DF ou são migrantes.

Foram listadas todas as funções exercidos/as pelos/as sentenciados/as. Quanto às remunerações, foram consideradas: o salário mínimo vigente, em 2012, de R\$ 622,00 e os salários base da categoria foram retirados de um relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (2012) – DIEESE, agrupados por ramo de empresa. As remunerações adicionais como transporte e alimentação equivale às remunerações utilizadas pela FUNAP: R\$ 230,00 e R\$ 230,00, respectivamente. A partir desses dados realizou-se uma média aritmética para avaliar o valor médio percebido pelas mulheres e pelos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF.

Quanto à coleta de dados na FUNAP buscou-se informações sobre as funções exercidos/as pelos/as sentenciados/as disponibilizada pela FUNAP, a remuneração e quantidade de mulheres e de homens empregados pela FUNAP no ano de 2012. A amostra coletada nas duas instituições – FUNAP e SEVEP – foi de 3110 pessoas que cumpriam penas e que estavam trabalhando ou com propostas de emprego para serem autorizadas no ano de 2012.

A metodologia adota na coleta de dados tem por objetivo comparar as atividades laborativas executadas por homens e por mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF, observando as diferenças entre as funções, as remunerações e perfil dos/as sentenciados/as.

A coleta de dados realizada no *site* do CNJ⁴ permitiu analisar como o trabalho das pessoas em cumprimento de pena é interpretado pelas legislações e pelas autoridades.

A escolha de pesquisar nas mídias *online*, especificamente no *Correio Braziliense* e no *Jornal Alô Brasília*⁵ foi porque estes jornais são de grande circulação no DF e chegam à população atendida pelos serviços estudados. O objetivo era verificar como esses jornais elaboram as matérias de reportagens, o que e como eles escrevem sobre o trabalho de homens e mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF. No entanto, na coleta de

⁴ O endereço eletrônico do CNJ está disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/>>.

⁵ O endereço eletrônico do *Correio Braziliense* está disponível em: <<http://www.correiobraziliense.com.br/>>. E o endereço eletrônico do *Jornal Alô Brasília* está disponível em: <<http://www.alo.com.br/capa/>>.

dados não foram encontrados dados relevantes para esta pesquisa. Compreendendo a ausência de dados como um dado considera-se que no ano de 2012 o trabalho das pessoas em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF não é tema de interesse para as discussões facilitadas pelas mídias e nem para a sociedade, porém, se esta pesquisa fosse feita com os dados das reportagens elaboradas em 2013 o trabalho das pessoas presas provavelmente é alvo das matérias de jornais visto que os políticos do “*mensalão*” foram julgados e muitos foram condenados no regime semiaberto com direito ao benefício de trabalho externo.

A terceira etapa consistiu na análise e sistematização dos dados obtidos no momento anterior. E por fim, foi desenvolvido a conclusão da pesquisa, respaldada pela literatura já existente e pelos dados obtidos.

2.1 ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA REALIZADA

A ideia inicial do projeto de TCC era realizar uma pesquisa de campo, entrevistando as mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF que possuíam benefício de trabalho externo. No entanto, conforme explicitado pelos autores Nogueira e Silva (2012) não foi possível devido à restrição, por parte do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa, das pesquisas com seres humanos realizadas por estudantes que estão elaborando o TCC. Este Conselho incentiva, portanto, pesquisas bibliográficas e documentais para os Trabalhos de Conclusão de Curso.

O Serviço Social, representado pela ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social /Conselho Regional de Serviço Social) possui compromisso ético com as pesquisas realizadas, como previsto no Código de Ética dos/das Assistentes Sociais e, portanto, este estudo previsto para o TCC em Serviço Social seguirá as normas e diretrizes previstas no Código de Ética dos/as Assistentes Sociais de 1993, dentre elas, especificamente as que se seguem abaixo:

“Art. 2º i - liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos;

Art.5º d - devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;

Art. 5º e - informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;

Art. 15 - constitui direito do/a assistente social manter o sigilo profissional, e

Art. 16 - o sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Sendo assim, este TCC garantiu o sigilo dos/as sentenciados/as pesquisados/as nos Termos de Compromisso do Empregador elaborados pela SEVEP, dos empregadores e das empresas envolvidas, dos/as sentenciados/as no regime semiaberto que exercem atividades de emprego via FUNAP, bem como, dos profissionais que foram contatados para obtenção de informações.

Como estabelecido no artigo 5º-d do Código de Ética dos/as Assistentes Sociais serão devolvidos os resultados desta pesquisa para a comunidade e para as equipes da FUNAP, da SEVEP e do CNJ, a fim de fortalecer os interesses dos/as usuários/as, assim que este TCC for publicado.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção refere-se à literatura teórica que subsidia a interpretação e análise deste estudo. Assim, este capítulo foi dividido, para melhor compreensão, em cinco partes. A primeira parte intitulada como o trabalho como elemento ontológico do ser social que conta com o conceito sobre a categoria trabalho de Antunes (1999) e alguns escritos de Engles e Marx que foram selecionados e organizados por Antunes (2004).

O segundo ponto explica sobre a divisão sexual do trabalho em que Bandeira (2010), Bruschini e Lombardi (2000), Cappelin (2008), Hirata (2002 e 2010), IBGE (2010) e Yannoulas (2004) mostram, por meio de suas pesquisas, como ocorre a divisão de trabalho feita pela sociedade que separa as tarefas por gênero onde, nessa realidade, as mulheres são discriminadas no mercado de trabalho.

As mulheres no Cárcere se configura como o terceiro aspecto discutido no referencial teórico. As autoras Espinoza (2004) e Lemgruber (1999) discutem sobre o sistema prisional e as particularidades da população feminina encarcerada. A quarta seção trata sobre o trabalho e a (re)socialização das pessoas das pessoas em cumprimento de pena. Fragoso, Catão e Sussekind (1980), Lautier (1999) e Trindade (2003) são exemplos de autores utilizados para explicar a realidade de (re)inserção de pessoas em cumprimento de pena à sociedade.

E, por fim, o trabalho das mulheres em cumprimento de pena é alvo do quinto ponto. Utilizaram-se os conceitos de Espinoza (2004) para melhor compreender a maneira como o trabalho das mulheres em cumprimento de pena é exercido.

3.1 O TRABALHO COMO ELEMENTO ONTOLÓGICO DO SER SOCIAL

O significado do trabalho é um assunto bastante amplo, porém, neste TCC é abordado como uma categoria central na sociedade a partir do ponto de vista de Engles e Marx, Antunes (2004).

Engels, quando discute o papel do trabalho na transformação do macaco em homem afirma que o trabalho “é condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”

(ANTUNES, 2004:11). É pelo trabalho, em sua realização cotidiana, que os seres humanos se distinguem dos animais. O trabalho é uma inteiração entre os seres humanos e a natureza. Os seres humanos são capazes de mediar, regular e dominar a natureza que, por sua vez, ao modificá-la, se modificam. Esse movimento permite que os homens e as mulheres possam planejar e imaginar o resultado final de suas ações antes de executá-las, ou seja, são dotados de consciência.

Para realizar trabalho, os seres humanos utilizam instrumentos que são meios com propriedades físicas, mecânicas e químicas que alteram a natureza como, por exemplo, o próprio corpo humano é um instrumento para coletar frutas e caçar. A terra fornece pedra e madeira que, por meio da consciência, os seres humanos produzem um machado ou uma lança.

Com o tempo, as terras livres se esgotam e as formas de produção passam à divisão da população em classes permeada pelos antagonismos dos dominantes sobre os oprimidos. Assim, o trabalho que é uma categoria ontológica do ser social, entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho se transforma em trabalho assalariado alienado, estranho a si mesmo. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, criadora de mais-valia, em valorização do próprio capital.

No capitalismo, o processo de trabalho tem seu valor de uso e valor de troca. Em outras palavras, o capitalista que quer transformar o seu dinheiro em capital, compra a mercadoria força de trabalho que, por sua vez, produz um valor maior do que vale. Como o trabalhador não possui nenhum meio de produção e precisa sobreviver vende sua força de trabalho ao capitalista. O trabalho, portanto, tem um caráter duplo: produzir valor de uso (trabalho concreto) e produzir valor de troca (trabalho abstrato). Para produzir uma quantidade maior de mais-valia, o trabalhador é obrigado a estender sua jornada de trabalho, aumentar a continuidade, a intensidade do trabalho e de produção. O capitalista explora de todas as formas possíveis a força de trabalho alheia para criar mais-valia, ou seja, produzir dinheiro para obter mais dinheiro do dinheiro, desse modo, o capitalismo nada mais é do que a apropriação da riqueza socialmente produzida.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, intensifica-se a alienação do trabalho, coisifica o trabalhador e personifica a máquina. O modo de produzir capitalista atinge uma forma mais evoluída, tendo como expressão material a produção de mais-valia relativa, isto é, o capitalista amplia a produtividade do trabalho pela via da mecanização, não

se amplia a jornada de trabalho, mas amplia-se o sobre-trabalho e diminui o trabalho necessário. Em resumo, nas palavras de Marx:

“O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menshenwelt*)”. (ANTUNES, 2004:143).

Desse modo, o trabalho possui uma dupla dimensão: é elemento central na história dos seres humanos, mas no sistema capitalista o trabalho assume uma forma estranhada, o que levou muitos autores considerar o fim do trabalho.

Antunes (1999) discorre sobre a atual crise no mundo do trabalho, a crise do trabalho abstrato, porém, para o autor, o trabalho continua ocupando o seu lugar central na sociabilidade, como elemento ontológico do ser social. Para argumentar sobre isso ele descreve cinco teses na qual estão todas interligadas.

A primeira tese refere-se que na contemporaneidade as relações sociais de produção e reprodução capitalista se complexificam e se alteram, ou seja, atualmente as relações trabalhistas ganham forma diferente que no século XVIII, por exemplo. O desenvolvimento tecnológico permitiu inovações que acarretaram perda de posto de trabalho e, assim, ocorreu ampliação do trabalho morto e redução do trabalho vivo, no entanto, a força de trabalho sempre será necessária para a produção de mercadorias.

Antunes (1999) quando tematiza a crise do trabalho recupera os termos utilizados por Marx, dentre ele, o trabalho abstrato e o trabalho concreto. Sendo o primeiro, despesa de energias humanas, físicas ou intelectuais, que sob o sistema capitalista assume forma de atividade estranhada, fetichizada (valor de troca). A força de trabalho é trocada tão somente por dinheiro para consumo no capitalismo, sem a consciência do trabalho emancipado. Já o segundo, o trabalho concreto, é o trabalho considerado útil, indispensável à existência humana, pois o homem transforma a natureza para produção de coisas socialmente necessárias (valor de uso).

Para Antunes (1999), a crise da sociedade é do trabalho abstrato. A superação dessa crise requer reconhecimento do papel central do trabalho assalariado e da *classe-que-vive-do-trabalho* como sujeito potencialmente capaz de caminhar para além do capital. A classe trabalhadora, mesmo fragmentada, heterogeneizada e complexificada, é a chave para a superação dessa crise do trabalho. A classe trabalhadora deve lutar para a redução da jornada

de trabalho e ampliação do tempo livre e para a organização societária que caminhe para a realização do reino das necessidades e deste para o reino da liberdade.

A segunda tese deste autor, que é um desdobramento da anterior, relata a possibilidade de acabar com o trabalho abstrato, estranhado, somente quando o capitalismo for eliminado. Porém, é impossível eliminar o trabalho concreto, visto que este cria coisas socialmente úteis (valor de uso) e autotransforma o seu próprio criador.

O autor argumenta na terceira tese que a luta da *classe-que-vive-do-trabalho* é essencial para a emancipação humana, caminhando contra a lógica da acumulação e da produção de mercadorias. A luta da *classe-que-vive-do-trabalho* é uma revolução *no* e *do* trabalho. Uma revolução *no* trabalho, pois deve abolir o trabalho abstrato, o trabalho assalariado, a condição do sujeito-mercadoria e construir uma sociedade fundada no trabalho concreto. Mas é também uma revolução *do* trabalho porque existem pessoas que compreendem a classe trabalhadora como o sujeito coletivo capaz de impulsionar ações dotadas de um sentido emancipador.

Antunes (1999) questiona-se qual segmento de classe – se é a classe capitalista, mais qualificada e mais intelectualizada ou a classe dos trabalhadores - é capaz de assumir ações mais ousadas na luta anticapitalista. O autor conclui que só a *classe-que-vive-do-trabalho* é capaz de romper com a sociedade capitalista, pois este segmento social não tem nada a perder no universo da sociabilidade do capital. E por fim, o autor coloca que o desenvolvimento tecnológico, de um lado, potencializa as capacidades humanas e, por outro lado, faz emergir as múltiplas formas e manifestações de estranhamento, alienação.

Sendo assim, é necessário apreender as mudanças do capitalismo, agora globalizado e interdependente, para reconhecer a persistência do antagonismo entre trabalho e capital, suas consequências à *classe-que-vive-do-trabalho* e suas particularidades tal como a divisão do trabalho por gênero.

3.2 A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Analisar o trabalho e as relações sociais decorrentes, sobre a perspectiva de gênero, fornece subsídios para interpretar e conhecer as atribuições sociais, historicamente e culturalmente constituídas, da supervalorização atribuída pela sociedade à função exercida

pelos homens e pelas mulheres. Tais papéis são concebidos como características biológicas e naturais.

Hirata (2010) explica que as transformações econômicas, sociais, culturais e sexuais que ocorreram no mundo alteraram as relações de emprego e trabalho. Até a última década do século XX intensificou-se a inserção das mulheres no mercado de trabalho, entretanto, ainda nas sociedades contemporâneas a divisão sexual do trabalho é desigual e injusta cujas profissões e ocupações são masculinizadas e feminizadas no qual os homens ocupam os melhores postos de trabalho.

Para Yannoulas (2011), a divisão sexual do trabalho é decorrente das desigualdades socioculturais entre os homens e mulheres na sociedade patriarcal que instituiu como normalidade ou padrão um sistema social gerido somente pela figura dos seres masculinos nas quais estes exercem poder e controle sobre as mulheres. E assim, os homens são destinados ao espaço público, de fala e de decisão, enquanto, as mulheres são relegadas ao espaço privado, de reprodução, aos cuidados da casa e dos filhos e de submissão ao marido, apesar da industrialização e da urbanização terem possibilitado novos significados ao trabalho produtivo e ao trabalho reprodutivo, as mulheres ainda são predominantemente alocadas na esfera do trabalho reprodutivo e de trabalhos domésticos gratuitos.

Para compreender melhor as diferenças de gênero, há conceitos que explicam essa realidade. Yannoulas (2004) define que o trabalho feminino remunerado integra-se a duas formas de divisão sexual do trabalho: a divisão sexual horizontal do mercado de trabalho e a divisão sexual vertical do mercado de trabalho na qual a primeira aponta que as mulheres concentram-se em atividades específicas, determinadas culturalmente, derivadas das qualidades atribuídas às mulheres pela socialização. Já a segunda categoria mostra que as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens e, assim, as mulheres para se manterem no mercado de trabalho precisam apresentar requisitos a mais para ocupar o mesmo cargo que os homens. Desse modo, a divisão sexual vertical dificulta ou impossibilita as mulheres de serem promovidas aos cargos mais altos do mercado de trabalho. A combinação dessas duas formas de divisão sexual do trabalho estabelece uma pirâmide ocupacional de gênero onde as mulheres estão localizadas, em grande concentração, na base dessa pirâmide, e somente algumas alcançam o topo, que é um lugar conhecido por uma grande composição de homens.

Ainda para Yannoulas (2004) há três maneiras de discriminação das mulheres no mercado de trabalho: a direta ou manifesta, a indireta ou encoberta e a autodiscriminação.

Sendo a primeira uma discriminação explícita, onde a sociedade exclui abertamente a participação das mulheres em todos os setores públicos e, principalmente, no mercado de trabalho. A segunda discriminação é uma forma mais sutil que, por vezes, são difíceis de serem percebidas. A discriminação indireta ou encoberta se manifestam nas práticas sociais informais, pautadas pela cultura, que excluem determinados sujeitos por seu gênero, classe, raça/etnia. E a terceira discriminação é decorrente da internalização da cultura dominante na qual reprime e modela os sujeitos na sociedade e no mercado de trabalho, por exemplo, uma mulher deixa de participar de uma seleção de emprego por que entende que aquele espaço de trabalho é acessível somente aos homens. Para a autora, a discriminação se torna maior quando associada à outros componentes como, por exemplo, raça/etnia, classe, orientação sexual, conceito esse denominado de discriminação composta.

Desse modo, as mulheres estão inseridas, em grande maioria, em atividades de cuidado aos outros, como é o caso do Serviço Social, da Psicologia, da Enfermagem. Segundo Hirata (2010), 90% ou mais dos trabalhadores do “*care*” são mulheres; as mulheres encontram dificuldades para chefiar empresas, para ocupar altos cargos nas instituições; as mulheres geralmente são empregadas em setores de baixa remuneração; elas têm duplas ou triplas jornadas de trabalho. Ou seja, o grande problema é que a sociedade estabeleceu, pela cultura no decorrer da história, que as mulheres devem ocupar cargos cujos aspectos estejam ligados à emoção, à paciência, ao que seria natural ao instinto feminino e que estas atividades seriam sempre mal remuneradas. A cultura e a tradição permite que sociedade crie estratégias para reprodução desta divisão sexual desigual do trabalho.

Estes fatores são percebidos em Cappellin (2008) quando discute que as mulheres encontram dificuldades em assumir altos cargos como postos de chefia. As poucas mulheres que conseguem chegar aos altos cargos, sempre abdicam da família, dos filhos e do casamento. Isto acontece por que são construídas barreiras (tetos e paredes de vidro) invisíveis e mascaradas para não aja ascensão das mulheres nas organizações de empresas.

Hirata (2010) analisou que o trabalho manual e repetitivo é predominantemente atribuído às mulheres e os trabalhos que exigem conhecimentos técnicos é predominantemente atribuído aos homens. Apesar das mulheres estudarem mais, trabalharem mais, elas são menos remuneradas, estão empregadas em trabalhos precários e são majoritárias em situações de desemprego, trabalhos informais, temporários em relação aos homens.

Segundo o relatório do IBGE (2012) - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2011, apesar das mulheres serem maioria na população (53,7%), cerca de 45,4% das mulheres estavam inseridas no mercado de trabalho, percentual inferior ao observado na distribuição masculina (54,6%). Quanto se refere à carteira assinada para aqueles/as que estavam ocupados em 2011, segundo agrupamentos por atividades, as mulheres ocupadas na indústria, nos serviços domésticos e nos outros serviços, a posse da carteira de trabalho assinada das mulheres era inferior a verificada entre os homens. Quanto a taxa de desemprego, em 2011, a taxa de desocupação entre as mulheres foi de 7,5%. A taxa de desocupação dos homens foi menor que a verificada para as mulheres, em 2011, 4,7%.

Bandeira (2010) analisa que no Brasil as mulheres são maioria (51,3%, em 2008), a taxa de fecundidade caiu (1,89 filho por mulher, em 2008), aumentou as famílias chefiadas por mulheres (40,6%, em 2008). As mulheres estão presentes no mercado de trabalho, apesar de todas essas transformações, as mulheres continuam responsáveis pelo trabalho reprodutivo. O estudo, realizado pela autora, em 2008, demonstra que se os trabalhos domésticos (trabalho reprodutivo), realizados majoritariamente pelas mulheres, fossem contabilizados no PIB, este aumentaria 10%.

Bruschini e Lombardi (2000) explica que na sociedade contemporânea existe a bipolaridade do trabalho feminino na qual as mulheres são divididas em dois polos distintos: o polo precário e o polo mais desenvolvido.

O primeiro polo destaca-se o trabalho doméstico que é uma atividade econômica na qual se prestam serviços remunerados e não lucrativos a pessoas ou famílias em suas residências como, por exemplo, arrumadeiras, babás, cozinheiras, faxineiras. O perfil desses trabalhadores é composto por majoritariamente mulheres, jovens, negras e solteiras. Quanto a remuneração, segundo as autoras, o emprego doméstico realizado pelas mulheres é caracterizado por um baixo nível de rendimentos.

No segundo polo concentra-se as mulheres com ocupações de maior prestígio. Nesse polo, as mulheres são expressivas em ocupações tradicionalmente femininas, como é o caso da docência, enfermagem, nutrição, odontologia. Há também inserção de mulheres nas áreas do direito, arquitetura, medicina e engenharia. Essa inserção é decorrente da mudança de cultura que possibilitou a entrada das mulheres na universidade. Comparando essas mulheres com seus colegas homens, a discriminação salarial é predominante. As autoras concluem que apesar da discriminação salarial que as mulheres sofrem no polo mais

desenvolvido, a diferença salarial com o polo precário é gritante. E, ainda, as mulheres do polo mais desenvolvido contam com o auxílio do polo precário para dedicarem a carreira.

Sendo assim, considerando as pesquisas e a literatura sobre a temática de gênero, a divisão sexual do trabalho é desigual, hierarquizada, contraditória, exploratória e opressiva entre as categorias de gênero socialmente construídas.

3.3 AS MUHERES NO CÁRCERE

Os estudos que tratam das mulheres no Sistema Carcerário são recentes, visto que, o crime era e ainda é considerado como uma atividade relacionada ao gênero masculino.

Para Espinoza (2004), a prisão quando criada como uma instituição necessitou-se separar as mulheres dos homens para que pudessem aplicar-lhes tratamentos diferenciados cujas medidas buscavam educar os homens no sentido do trabalho e as mulheres, a reeducação pautava-se em restabelecer a mulher em seu papel social de boa mãe, boa esposa e cuidadora do lar e dos filhos.

No decorrer de toda a existência das prisões, estas se caracterizam por serem majoritariamente masculina. Em 1976, Lemgruber defende a sua tese de que esse quadro mudaria quando as mulheres se inserissem no mercado de trabalho, entretanto, a autora reeditou seu livro em 1999 e percebeu que sua tese não se sustentou, pois de 1976 a 1999 a participação das mulheres no mercado de trabalho dobrou e não houve mudança proporcional e significativa na população das mulheres presas. Isto leva a crer que outras variáveis justificam essa diferença de índices de criminalidade atribuída às mulheres e aos homens.

Lemgruber (1999) argumenta que as disparidades nas taxas de crimes realizados por homens e por mulheres se justificam nos fatores socioculturais, ou seja, à medida que há igualdade social, econômica, cultural e sexual entre os homens e mulheres, as taxas de criminalidade tendem a se igualar.

Sendo assim, o Sistema Carcerário é seletivo e perverso, pois recruta um público específico que geralmente são as pessoas pobres que estavam e continuarão em vulnerabilidade social. Essas pessoas são submetidas a um sistema em que a coerção e o disciplinamento são constantes. A sociedade, por vezes, passa a acreditar que o Sistema

Carcerário é a melhor forma de resolver os problemas sociais como o desemprego, a violência e entre outros.

Quando as mulheres ingressam no Sistema Carcerário é estabelecido mais um desdobramento da coerção e do controle sobre as mulheres, ou seja, o Sistema Carcerário reproduz e intensifica a opressão a partir da imposição de um padrão de normalidade, considerando que as mulheres são afetadas pelo controle da família, da escola, da religião e entre outras instituições.

Sendo assim, o Sistema Carcerário é uma construção social que reproduz e reforça os papéis instituídos ao feminino e ao masculino na sociedade. Reforça também a exclusão e a marginalidade das mulheres reclusas, visto que, a maioria é negra, tem filhos, apresenta baixa escolaridade e conduta delitiva de menor gravidade. Para Espinoza (2004), a prisão pode ser associada à desigualdade social, à discriminação e à seletividade do sistema de justiça penal, que acaba punindo os mais vulneráveis que tem raça, classe e gênero.

3.4 O TRABALHO E A (RE)SSOCIALIZAÇÃO DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENA

No decorrer do texto, será escrito (re)ssocialização ao invés de ressocialização, pois as pessoas que estão encarceradas foram excluídas durante todo o processo de vida e, portanto, não se pode falar em ressocialização quando nem mesmo tiveram a oportunidade de serem socializadas ou educadas de acordo como padrão da classe dominante. Trindade (2003) argumenta que a prisão é parte integrante de um contexto de instituições sociais, assim sendo, para analisar o sistema prisional é necessário articulá-lo com as demais políticas públicas, pois aqueles e aquelas que chegam aos presídios não tiveram a oportunidade de usufruir as demais políticas públicas, por exemplo, estas pessoas não tiveram acesso à educação formal, ao mercado de trabalho formal, à habitação adequada e entre outras. Trindade (2003), então, compara o Sistema educacional com o Sistema Prisional e afirma que na ordem social burguesa a (re)ssocialização da pessoa presa torna-se impossível, visto que, ambos selecionam e marginalizam, impedindo a ascensão social das camadas periféricas, sendo assim, o Sistema Prisional tem classe, cor e gênero.

Para diversos autores que seguem a linha da criminologia crítica como Trindade (2003), Espinoza (2004) e Lemgruber (1999), Fragoso, Catão e Sussekind (1980), a realidade

do Sistema Carcerário tem demonstrado que a pena privativa de liberdade não tem cumprido seu papel – de (re)ssocializar e de evitar reincidência. Para Lemgruber (1999), “manter na prisão infratores que não são violentos e perigosos é desperdiçar recursos públicos, é contribuir para o aumento da violência, é prosseguir uma estratégia absolutamente equivocada, de combate à criminalidade” (LEMGRUBER, 2004: XVIII).

O significado da palavra trabalho sempre sofreu alterações no decorrer histórico. Como relata Lautier (1999), a palavra trabalho é derivada do latim “*tripalium*”. Antes era um instrumento utilizado para segurar a pata do cavalo enquanto estava sendo ferrada, depois a palavra foi atribuída aos prisioneiros torturados. Para Espinoza (2004) o trabalho no sistema prisional era um meio de punir por meio da dor as pessoas presas.

Atualmente, no Brasil, o trabalho assume forma de direito e dever de todos os cidadãos, inclusive aqueles em privação de liberdade, expressa pela Constituição Federal de 1988 e, portanto, o trabalho adquire forma de (re)ssocializar aqueles que estão privados de liberdade.

O trabalho nas prisões além de ser um meio de gerar riqueza, diminuído as despesas com o sistema carcerário, serve para manter os presos e presas ocupados/as. Lemgruber (1999) mostra que no Brasil o trabalho cumpre somente esses dois objetivos, pois as atividades laborativas que realizam os/as presos/as não tem sentido profissionalizante e tampouco (re)ssocializador. Apenar das pessoas presas terem o direito e dever ao trabalho, elas recebem remuneração ínfima no qual não corresponde à atividade executada, desse modo, o trabalho pode ser considerado um castigo, punindo o ato delituoso. Trindade (2003) demonstra que nos períodos que a força de trabalho é excessiva a prisão exerce sua função punitiva, de medo e de terror aos/às trabalhadores/as. Enquanto em tempo de escassez de mão de obra os presídios exercem sua função produtiva.

Assim, o Sistema Carcerário é reprodutor das relações sociais e econômicas da sociedade capitalista que retrata e reforça a imagem da própria sociedade, desigual e excludente. Desse modo, a prisão além de ser um instrumento de controle e manutenção do sistema, contribui para o ciclo de acumulação de mais-valia.

3.5 O TRABALHO DAS MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA

O Sistema Carcerário está em crise e o trabalho não funciona como um fator (re)socializador. Na pesquisa realizada por Lemgruber (1999), as mulheres em cumprimento de pena atribuem maior valor ao trabalho realizado extramuros, pois o trabalho realizado fora do cárcere é considerado essencial à sobrevivência, ao conforto e a qualidade de vida. Quanto ao trabalho realizado no cárcere, não se altera a situação da pessoa presa visto que não depende da pessoa presa a qualidade da sua alimentação, de suas vestimentas ou da qualidade do sono e, sim, da administração do Sistema Prisional.

Para Espinoza (2004), a linguagem utilizada na LEP é universal, ou seja, fala-se somente no masculino, esquecendo-se da particularidade das mulheres nas penitenciárias com exceção da regulamentação sobre a maternidade. Assim, as disposições sobre trabalho das pessoas presas é também tratada somente no masculino.

Desse modo, o trabalho, tanto externo como interno ao Sistema Carcerário, realizado pelas pessoas presas está regulamentado pela LEP no capítulo III, Seção I, II e III. Analisando esta lei pode perceber diferenças entre os trabalhadores “livres” e os trabalhadores que estão sob tutela do Estado, por exemplo, nos artigos 28, 29, 31 e 36, apesar do trabalho ser conceituado como um dever social que tem por finalidade educativa e produtiva, considerando-o como condição de dignidade a pessoa humana, o trabalho das pessoas presas não é regulamentado pelas leis trabalhistas, ou seja, os/as trabalhadores/as não usufruem de salário mínimo, férias, 13º salário e outros direitos garantidos pelas leis trabalhistas.

Como já exposto, as mulheres historicamente foram relegadas aos espaços privados, aos afazeres domésticos gratuito. A partir do século XIX, as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, mas continuaram a realizar os trabalhos reprodutivos, mantendo as virtudes dóceis e de submissão. O trabalho, portanto, não alterou esse panorama e reforça as atribuições historicamente desempenhas pelas mulheres.

O trabalho realizado tanto nos cárceres masculinos e como nos femininos é uma atividade precária que não qualifica, não reeduca e nem reinsere no mercado de trabalho. No entanto, apesar dos dois gêneros executarem atividades precárias, as mulheres presas estão submetidas a uma exclusão ainda maior uma vez que as atividades exercidas por estas mulheres, são predominantemente trabalhos domésticos e industriais historicamente destinadas às mulheres como tecer, cozinhar, bordar e entre outras. Portanto, o trabalho das presas constitui em um instrumento que permite a transformação das mulheres em pessoas dóceis e domesticadas, contribuindo para a submissão da mulher.

4. ORGANISMOS QUE MEDIAM A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DAS PESSOAS EM CUMPRIMENTO DE PENA NO REGIME SEMIABERTO NO DISTRITO FEDERAL

Esta seção foi elaborada com o intuito de expor a análise do material coletado no CNJ, na FUNAP e na SEVEP.

Para isso, este capítulo foi separado em quatro partes: análise dos dados do CNJ cujo material foi retirado do *site* do CNJ a respeito do Programa Começar de Novo; análise dos dados da FUNAP a qual discorre sobre a comparação das atividades exercidas por sentenciados e sentenciadas que se encontravam no regime semiaberto em 2012 no DF e suas remunerações; análise dos dados da SEVEP que mostra a comparação entre o perfil das mulheres e dos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF com propostas de emprego analisadas pela SEVEP em 2012, bem como, a comparação de suas atividades de emprego e suas remunerações; e, comparação: empregos desiguais, inserções diferentes e (re)socialização distintas que compara os dados coletados nas três instituições, refletindo as diferenças entre o trabalho exercidos pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF e os homens na mesma situação.

4.1 ANÁLISE DOS DADOS DO CNJ

O CNJ é uma instituição pública, composto por 15 conselheiros: nove magistrados, dois membros do Ministério Público, dois advogados e dois cidadãos, cuja principal função é controlar a atuação administrativa e financeira do Judiciário, estabelecendo critérios de transparência, de ética, de cidadania, aperfeiçoando, desse modo, o Sistema Judiciário. Para isto, o CNJ elabora e coordena diversos programas sobre os mais variados temas. Entre eles estão: Pai Presente, Justiça em Números, Justiça nas Escolas, Começar de Novo e entre outros.

O Programa Começar de Novo, criado no ano de 2009, busca sensibilizar a sociedade e órgãos públicos para fornecerem postos de trabalho e cursos profissionalizantes para as pessoas em cumprimento de pena e egressas, promovendo, assim, a cidadania e a redução da reincidência de delitos. Assim, este programa conta com uma página na internet -

Portal de Oportunidades⁶, além da *Cartilha da Pessoa Presa*, a *Cartilha da Mulher Presa* e a *Cartilha do Empregador* – todas disponíveis *online*. A Resolução nº 96, de 27 de outubro de 2009, dispõe sobre o Programa Começar de Novo e sobre o Portal de Oportunidades no qual prevê estratégias de monitoramento e fiscalização do Sistema Carcerário bem como estabelece um Portal na internet para integrar uma “Rede de Reinserção Social”.

Na teoria, esta página na *internet*, conhecida como Portal de Oportunidades, no contexto do DF, deveria facilitar o acesso ao trabalho e ao conhecimento pelas pessoas em cumprimento de pena, no entanto, na prática tal portal apenas registra as empresas privadas que contrataram um/a sentenciado/a e não oferecem cursos de profissionalização, ou seja, é um projeto interessante, porém, não funciona.

A *Cartilha da Pessoa Presa* está em forma de texto dissertativo, com linguagem formal, é escrita no masculino e em terceira pessoa do singular (usa-se o preso, o apenado) e, em momento algum, é utilizado a linguagem inclusiva ou é feita referência específica ao público feminino encarcerado, o texto faz referências à artigos de leis, sem figuras ilustrativas. A cor utilizada nas páginas é o azul, disponível no anexo III.II deste TCC.

Já na *Cartilha da Mulher Presa*, utiliza-se uma metodologia mais didática, usando figuras ilustrativas, cores chamativas para obter atenção da leitora no decorrer o texto, apresenta além da linguagem no feminino, a linguagem inclusiva, ou seja, tem páginas que é escrito no feminino e em outras é escrito tanto no feminino como no masculino, é escrito em segunda pessoa do singular (usa-se você). A cor escolhida para colorir a cartilha é o rosa, conforme explicitado no anexo III.I deste trabalho. Essa cor historicamente e culturalmente é atribuída às mulheres e que termina por segregar os gêneros, reforçando o que seria específico às mulheres e aos homens.

Sendo assim, a *Cartilha da Pessoa Presa* busca esclarecer às pessoas em cumprimento de pena quanto aos seus deveres e direitos, à progressão de regime, aos benefícios, à disciplina, às faltas leves, médias e graves e às ações relativas à como impetrar um *habeas corpus*, como elaborar uma petição para solicitar um benefício. No entanto, esta cartilha é voltada, na verdade, apenas para público masculino encarcerado, apesar de a intenção do CNJ talvez fosse atingir ao público masculino e feminino, mas terminou

⁶ O portal de Oportunidades está disponível no endereço eletrônico: <<http://www.cnj.jus.br/projetocomecardenovo/index.wsp>>.

discriminando a população carcerária feminina, assim como, fazem as leis brasileiras que dispõem sobre o Sistema Prisional.

Esta cartilha não ganhou o nome de *Cartilha dos Homens Presos* e, sim, da *Pessoa Presa*, enfatizando que o homem preso é uma pessoa e as mulheres não, precisando de outra cartilha para elas. Percebeu-se também as diferenças na ordem dos assuntos nas duas cartilhas: na *Cartilha da Mulher Presa* a seção de disciplina e faltas disciplinares estão nas primeiras páginas e na *Cartilha da Pessoa Presa* esta seção é o último tópico, encontrando-se apenas no final, como pode ser observado no anexo III deste trabalho. As mulheres tem seu corpo e seus comportamentos submetidos à disciplinamento desde muito cedo na infância, como Fávero (2011) explica. O encarceramento é apenas mais uma das estratégias para punir aquelas mulheres que não seguiram o padrão dominante de boa mãe, boa moça, comportada, emotiva e frágil, como bem demonstra Espinoza (2004).

A *Cartilha da Mulher Presa* além de desenvolver as questões da *Cartilha da Pessoa Presa* soma-se algumas particularidades das mulheres: necessidade de ginecologistas, obstetras, pediatras (para os/as filhos/as das internas que estão nos presídios), direito à amamentar, a segurança da penitenciária feminina só pode ser realizada por agentes mulheres.

Uma alternativa a estas cartilhas é criar uma nova cartilha englobando os dois gêneros, com uma linguagem inclusiva, sem cores que reproduzem e reafirmem as desigualdades de gênero, com uma linguagem acessível, didática para ambos encarcerados.

Pode-se perceber nas duas Cartilhas são um resumo da LEP e do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940), da preocupação do Sistema Penitenciário pela manutenção da ordem, da segurança e da moral, criando condições para o disciplinamento, o abuso de poder, o acirramento da violência. Estes elementos podem ser percebidos nas sanções por faltas graves as quais podem acarretar isolamento na cela do/a próprio/a sentenciado/a ou em “local adequado”, sujeitos à regras rígidas como o isolamento, redução de visitas e de banho de sol. Fragoso, Catão e Sussekind (1980) argumenta o quanto isto prejudica o/a sentenciado/a:

“Este tipo de punição afeta gravemente o equilíbrio psíquico. O isolamento é apontado como uma das causas do alto índice de suicídios nas prisões. Ele provoca, pela falta de integração social, atitudes autistas (em que o indivíduo se volta para si mesmo) e/ou atitudes agressivas, causando inadaptação social, afetiva e intelectual” (FRAGOSO, CATÃO, SUSSEKIND, 1980:35).

E, por fim, a *Cartilha do Empregador* foi elaborada para auxiliar as empresas e instituições, que disponibilizam empregos às pessoas em cumprimento de pena e egressos do

Sistema Penitenciário, com base na interpretação da legislação vigente. As informações contidas na Cartilha dizem respeito à progressão de regime, aos deveres dos empregadores, ao Programa Começar de Novo e à responsabilidade social empresarial e sua participação no desenvolvimento da cidadania quando empregam força de trabalho prisional. A linguagem da *Cartilha do Empregador* também não é inclusiva, ou seja, a cartilha é escrita no masculino. A exclusão das mulheres no texto da Cartilha da começa no título, uma vez que, não consideram que as mulheres possam ser donas de empreendimentos e de gerir empresas.

Segundo esta Cartilha, o Estado conjuntamente com a sociedade deve desenvolver mecanismos de (re)inserção dos/as sentenciados/as na sociedade, por exemplo, a elaboração de uma política pública que colabore com a criação de vagas de empregos e cursos profissionalizantes para a população advinda do Sistema Penitenciário. A *Cartilha do Empregador* explica sobre a importância da sociedade incluir a população carcerária no convívio social, pois essa população voltará às ruas e portanto, para o/a sentenciado/a, o emprego tem uma finalidade educativa e produtiva que resgata a dignidade humana, é um dever social, afasta “o condenado da inércia” e permite a recuperação da autoestima e valorização do/a preso/a como ser humano, como descrito na Cartilha:

“A atividade laborativa do preso visa a sua reinserção no meio social, tendo o trabalho finalidade educativa e produtiva, com escopo de dever social e resgate da dignidade humana. **O trabalho serve para afastar o condenado da inércia** e possibilita a oportunidade de recuperar a autoestima e sua valorização como ser humano. Ele garante ao indivíduo dignidade dentro de seu meio familiar e social” (CARTILHA DO EMPREGADOR, 2011:13, *grifos nossos*).

Em outras palavras, por um lado, a *Cartilha do Empregador* demonstra ter avançado na discussão do trabalho como direito, como essencial para a (re)inserção das pessoas presas na sociedade e na problematização do problema carcerário e sua solução para a questão. Por outro lado, a Cartilha retrocede ao colaborar com os valores da classe dominante ao afirmar que as pessoas em cumprimento de pena são ociosas e que, portanto, a sociedade deve evitar a inércia desta população, por meio da oferta de trabalho.

Além disso, o texto discorre sobre os incentivos aos empresários para a contratação de um/a sentenciado/a. De acordo com a LEP, o trabalho do/a preso/a não está sujeito à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, ou seja, o empregador não precisa pagar férias, 13º salário, a remuneração mínima paga aos/às trabalhadores/as presos/as corresponde à ¾ do salário mínimo.

Considerando as “Metamorfoses do Mundo do Trabalho” como explicado por Antunes (1999), isto é, as transformações ocorridas no capitalismo acarretou a expansão do desemprego estrutural, desregulamentação das leis trabalhistas gerando, entre outros, trabalhadores informais, precários, autônomos, parciais, temporários. Desse modo, a Cartilha considera explicitamente que o/a preso/a é e pode ser utilizado como força de trabalho barata.

A literatura mostra que a força de trabalho prisional sempre foi reconhecida como uma alternativa para a empresa produzir mais e uma oportunidade para a redução dos custos com recursos humanos da empresa.

Para Espinoza (2004) por muito tempo o trabalho era sinônimo de castigo e punição. Com os avanços dos direitos humanos e da criminologia crítica, o trabalho foi estabelecido por lei como um direito, entretanto, no cotidiano prisional, o trabalho está longe de ser reconhecido como um direito. O trabalho continua sendo percebido como um benefício ou concessão que somente alguns têm. Lemgruber (1999) destacava que apesar das normas legais serem claras são poucos respeitadas: os trabalhos não estão disponíveis para todos, não são remunerados de forma adequada. Fragroso, Catão e Sussekind (1980) concluem, a partir de seus pesquisas, da mesma forma sobre o trabalho prisional: trabalho são para poucos/as sentenciados/as, são inadequados, não se assemelha ao trabalho conhecido fora do Sistema Penitenciário.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS DA FUNAP

A FUNAP existe em diversas cidades do Brasil como, por exemplo, em São Paulo, Palmas, DF. A FUNAP do DF, criada pela Lei nº 7.533, de 2 de setembro de 1986 e regida pelo Decreto nº 10,144, de 19 de fevereiro de 1987 e pelo Decreto nº 27.990, de 29 de maio de 2007, é vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, é considerada pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, dotada de autonomia técnica, administrativa, financeira e operacional.

Essa Fundação tem por objetivo contribuir para a inclusão social de presos/as e egressos/as e melhorar suas condições de vida e, assim, desenvolve programas sociais que levam às pessoas em privação de liberdade capacitação profissional, cultura, educação e trabalho.

O Programa de Educação na Prisão é realizado por meio de convênio entre a FUNAP e a Secretaria de Estado e Educação do DF. Segundo o Release (2012) este programa conta com uma equipe de 69 professores, cedidos por meio de convênio entre a FUNAP e a Secretaria de Estado de Educação do DF, que atende 1.600 estudantes nos Estabelecimentos Prisionais do DF: Centro de Internamento e Reeducação - CIR, Centro de Detenção Provisória - CDP, Penitenciárias do Distrito Federal - PDF I e II, Presídio Feminino do Distrito Federal – PFDF, e Centro de Progressão Penitenciária - CPP.

A cultura é garantida pela FUNAP nos Presídios do DF por meio de oito bibliotecas e oficinas, cursos e palestras sobre temas variados, como artesanato, informática, teatro, formação humana, música (coral e banda), meio ambiente, práticas agrícolas (agroecologia) e línguas estrangeiras. Quanto aos cursos profissionalizantes oferecidos para os/as presos/as, a FUNAP possui parceria com, entre outros, a Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio - SENAC, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

Aos homens presos são ofertados diversos cursos como empreendedorismo, pintor de parede, garçom/copeiro, faixas e cartazes, assistente administrativo, mecânico de manutenção de bicicletas, serigrafia, pedreiro de alvenaria, paisagismo, mecânico de motor, panificação, assistente de vendas e confecção e modelagem de roupas. Enquanto às mulheres são oferecidos cursos profissionalizantes de **manicure e pedicure, massagem corporal, confecção e modelagem de roupas, cabeleireiro**, garçom/copeiro, empreendedorismo, decoupage e assistente de vendas. Portanto, aos homens presos são oferecidos cursos profissionalizantes reconhecidos pela sociedade como ocupações masculinas e às mulheres presas são disponibilizados capacitações referentes às ocupações atribuídas ao feminino. Em outras palavras, pode-se perceber que os cursos profissionalizantes e os empregos, oriundo dos cursos profissionalizantes, ocupados pelas mulheres e pelos homens em cumprimento de pena reforçam a reprodução da sociedade que atribui às mulheres ocupações remetidas ao privado e aos cuidados e à produção e aos homens, o espaço público, como bem relatado por Yannoulas (2011).

Nos trabalhos intramuros, a FUNAP oferece Oficinas de Produção próprias como, por exemplo, confecção de uniformes, serralheria, panificação, serigrafia. E nos trabalhos extramuros, a fundação aloca os/as sentenciados/as que estão tanto no regime semiaberto

quanto em regime aberto, por meio de convênios, em órgãos públicos, empresas privadas e terceiro setor.

No ano de 2012, havia 58 empresas conveniadas à FUNAP que ofertavam vagas de emprego para sentenciados/as. A maioria dos convênios são em órgãos públicos como percebido no anexo II deste trabalho. Segundo a FUNAP, o índice de rotatividade nos empregos é alto. Este fato pode ser explicado pela extinção de punibilidade, pela não adaptação ao local de trabalho, pela opção de não trabalhar mais via FUNAP ou pela contratação do/a sentenciado/a pelo órgão empregador. Ainda, segundo a FUNAP, no ano de 2012, existiam 1.885 vagas disponíveis, sendo 1.202 vagas ocupadas em órgãos públicos e 41 vagas ocupadas em iniciativa particular nos trabalhos extramuros e 485 vagas são ocupadas para trabalhos intramuros.

Tabela nº 1: Quantidade de Presos/as, DF/Brasil, 2012

| Indicador: Quantidade de Presos custodiados no Sistema Penitenciário | Masculino | Feminino | Total |
|---|------------------|-----------------|---------------|
| Item: Sistema Penitenciário - Presos Provisórios | 2,341 | 195 | 2,536 |
| Item: Sistema Penitenciário - Regime Fechado | 5,134 | 279 | 5,413 |
| Item: Sistema Penitenciário - Regime Semi Aberto | 3,220 | 163 | 3,383 |
| Item: Sistema Penitenciário - Regime Aberto | 1 | 0 | 1 |
| Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança – Internação | 62 | 4 | 66 |
| Item: Sistema Penitenciário - Medida de Segurança - Tratamento ambulatorial | 0 | 0 | 0 |
| Total | 10.758 | 641 | 11.399 |

FONTE: Relatório Infopen (2012).

Segundo o relatório do Infopen de 2012 havia 10.758 homens em cumprimento de pena, dentre eles, os presos provisórios – 2.341, no regime fechado – 5.134, no regime semiaberto – 3.220, no regime aberto – 1, e em medida de segurança nas modalidade internação – 62. E 641 mulheres em cumprimento de pena, dentre elas, as presas provisórias – 195, no regime fechado – 279, no regime semiaberto – 163, e nenhuma mulher no regime aberto e em medida de segurança na modalidade internação – 4. Totalizando são 11.399

pessoas em cumprimento de pena no contexto do DF.⁷ No entanto, estima-se que existem mais pessoas cumprindo pena, pois há muitas pessoas cumprindo medida de segurança na modalidade ambulatorial e pela realidade do DF não existirem albergues os/as sentenciados/as cumprem o regime aberto em suas residências, o que não foi contabilizado no relatório do Infopen (2012).

Mas, considerando estes dados, havia, em 2012, 163 mulheres em regime semiaberto e 3.220 homens em regime semiaberto. Isso significa dizer que 29,74% dos homens presos que cumprem pena estão no regime semiaberto e que 25,42% das mulheres presas que cumprem pena estão no regime semiaberto. Em outras palavras, proporcionalmente, as mulheres demoram mais para progredir de regime, como foi explicado por Espinoza (2004): o crime de maior incidência sob as mulheres é o tráfico de entorpecentes, considerado hediondo e, portanto, a maioria das mulheres demoram para progredir de regime em relação aos homens presos, sendo assim, o controle e a ordem é exercido de forma mais rigorosa nos cárceres femininos.

Pode ser percebido ainda que a cada 16,78 homens presos existe 1 mulher presa no contexto do DF. Lemgruber (1999) explica que as teses defendidas na década de 1970 relatam que na medida em que as mulheres fossem inseridas no mercado de trabalho, elas cometeriam mais crimes, no entanto, esta teoria não se sustentou, pois a força de trabalho feminina no Brasil aumentou significativamente, no entanto, não houve mudanças significativas na população presa, isto, portanto, pode ser justificado por outras variáveis: participação das mulheres nos espaços públicos, pela forma como as mulheres e os homens são socializados, por exemplo.

Voltando à FUNAP, como dito anteriormente, informou que há grande rotatividade de sentenciados/as nos empregos por diversos, considerando isto, foram empregados pela FUNAP, em 2012, 289 mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto e aberto no DF e 1945 homens em cumprimento de pena no regime semiaberto e aberto no DF, totalizando 2234 pessoas presas.

⁷ No Brasil, os/as presos/as são submetidos à progressão de pena, isto é, progride de uma pena mais severa para uma mais branda. Presos/as provisórios/as são aqueles e aquelas que estão cumprindo a pena sem o julgamento definitivo. Regime fechado, sentenciados/as cumprem a pena com total restrição de liberdade de ir e vir. Regime semiaberto, sentenciados/as têm direito a benefícios como trabalho e saídas temporárias, passando assim, parte do dia em liberdade. Regime aberto, os/as sentenciados/as são abrigados em albergues, retornando quase que definitivamente à liberdade, mas não existem esse tipo de albergue no DF. E Medida de Segurança são atribuídas às pessoas com transtornos mentais que cometeram delitos.

Quadro nº 1: Atividades Exercidas por Homens e Mulheres – FUNAP, DF/Brasil, 2012

| Atividades | Atividades exercida pelos homens | Atividades exercida pelas mulheres |
|--|---|---|
| Assistente Administrativo. | X | X |
| Copa. | _____ | X |
| Informática e manutenção de redes. | X | |
| Serviços Gerais – Limpeza, conservação, retirar película para emplacamento. | _____ | X |
| Serviços Gerais – limpeza, pintura, lavador de carro, garçom, serviços de limpeza e manutenção de áreas urbanas, escavação de valas para instalação de rede de águas, roçagem de mato, construção e calçadas, remoção de entulho vegetal e operação de tapa buracos. | X | _____ |
| Serviços Gerais - eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico | X | _____ |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na FUNAP.

O quadro acima mostra que as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF ocupam apenas três ocupações: serviços de copa, assistente administrativo e auxiliar de serviços gerais, incluindo nesse último caso: limpeza e conservação e retirar película para emplacamento. Enquanto os homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF ocupam os mais diversos empregos, sendo eles: assistente administrativo, técnico em informática e manutenção de redes, auxiliar de serviços gerais, contemplando nessa posição as seguintes ocupações: bombeiro hidráulico, limpeza, pintura, lavador de carro, garçom, serviços de limpeza e manutenção de áreas urbanas, escavação de valas para instalação de rede de águas, roçagem de mato, construção e calçadas, remoção de entulho vegetal, operação de tapa buracos, eletricista e mecânico.

Quadro nº 2: Remuneração por Nível – FUNAP, DF/Brasil, 2012

| Nível | Salário (média) | Auxílio Alimentação (média) | Auxílio Transporte (média) | TOTAL |
|--------------|------------------------|------------------------------------|-----------------------------------|--------------|
| | | | | |

| Nível | Salário (média) | Auxílio Alimentação (média) | Auxílio Transporte (média) | TOTAL |
|------------------------|-----------------|-----------------------------|----------------------------|-------------|
| I | R\$ 680,00 | R\$ 230,00 | R\$ 230,00 | R\$ 1140,00 |
| II | R\$ 805,00 | R\$ 230,00 | R\$ 230,00 | R\$ 1310,00 |
| III⁸ | R\$ 1045,25 | R\$ 230,00 | R\$ 230,00 | R\$ 1505,00 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na FUNAP.

Quando a FUNAP realiza convênios com órgãos públicos e empresas privadas, todos os contratos refere-se que existem três opções de remuneração às atividades realizadas por homens e mulheres em cumprimento de pena, que pode variar, dependendo do convênio firmado: o nível I cujo o salário médio é R\$ 680,00, o nível II possui salário médio R\$ 805,00 e o nível III, R\$ 1045,25. A remuneração adicional, isto é, o auxílio alimentação e o auxílio transporte é fixo em todos os níveis, sendo a média R\$ 230,00 para cada auxílio.

A contratação da força de trabalho prisional nos empregos via FUNAP é regido pela LEP. Apesar da LEP estabelecer que remuneração mínima do/a trabalhador/a preso/a corresponde à $\frac{3}{4}$ do salário mínimo, a FUNAP orienta seus contratantes a remunerar seus empregados/as com pena privativa de liberdade com o valor do salário mínimo. Sendo assim, a remuneração média, isto é, salário mais os auxílios, sempre ultrapassa o valor do salário mínimo: nível I, R\$ 1140,00; nível II, R\$ 1310,00 e nível III, R\$ 1505,00.

Quadro nº 3: Remuneração das Atividades por Nível – FUNAP, DF/Brasil, 2012

| Atividades | Nível | Remuneração Total |
|--|----------------|----------------------------|
| Assistente Administrativo ⁹ | I ou II | R\$ 1140,00 ou R\$ 1310,00 |
| Copa | I | R\$ 1140,00 |
| Informática e manutenção de redes | II | R\$ 1310,00 |

⁸ No início do trabalho, nenhuma atividade é remunerada pelo nível III. A remuneração de nível III é por merecimento e por esforço. As remunerações além de serem definidas a partir da complexidade e intelectualidade que a ocupação exige, incorpora-se o critério “merecimento”, ou seja, se o/a trabalhador/a preso/a é esforçado e as atividades são cumpridas de forma certa, pode-se passar para um nível superior de remuneração.

⁹ A atividade de assistente administrativo pode ser remunerada no nível I ou no nível II, dependendo no contrato firmado entre na FUNAP e a instituição.

| Atividades | Nível | Remuneração Total |
|--|--------------|--------------------------|
| Serviços Gerais – Limpeza, conservação, retirar película para emplacamento | I | R\$ 1140,00 |
| Serviços Gerais – limpeza, pintura, lavador de carro, garçom, serviços de limpeza e manutenção de áreas urbanas, escavação de valas para instalação de rede de águas, roçagem de mato, construção e calçadas, remoção de entulho vegetal e operação de tapa buracos. | I | R\$ 1140,00 |
| Serviços Gerais - eletricitista, bombeiro hidráulico, mecânico | II | R\$ 1310,00 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na FUNAP.

O quadro acima refere-se ao valor da remuneração por atividades exercidas pelos/as presos/as. Há uma desigualdade nas remunerações percebidas aos homens presos e às mulheres presas, que as vezes pode passar despercebida.

As mulheres presas sempre começam o emprego recebendo a remuneração de nível I, pois os cargos ocupados por elas (copeira, serviços gerais – limpeza, conservação) não são exigidos muita qualificação e, conseqüentemente, são remuneradas no nível I.

É importante destacar que a função de assistente administrativo é a única atividade exercida tanto por homens presos como por mulheres presas e pode ser remunerada tanto no nível I como no nível II, dependendo no contrato firmado entre a FUNAP e a instituição.

Já as funções ocupadas pelos homens presos são remunerados a partir do nível II como Informática e manutenção de redes e Serviços Gerais - eletricitista, bombeiro hidráulico, mecânico, exceto o assistente administrativo.

Ou seja, existem somente três opções de ocupações para as mulheres presas, enquanto, os homens presos desfrutam de diversas opções. As mulheres presas recebem a remuneração mais baixa em relação dos homens presos. A exceção será, é claro, a atividade que é exercida tanto por homens presos como por mulheres presas.

Quadro nº 4: Atividades Exercidas pelas Mulheres e suas Remunerações – FUNAP, DF/Brasil, 2012

| Atividades exercidas pelas mulheres | Nível | Remuneração Total |
|--|---------------|----------------------------|
| Assistente Administrativo | Nível I ou II | R\$ 1140,00 ou R\$ 1310,00 |
| Copa | Nível I | R\$ 1140,00 |
| Serviços Gerais – Limpeza, conservação, retirar película para emplacamento | Nível I | R\$ 1140,00 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na FUNAP.

A média de remuneração entre as mulheres em cumprimento de pena que estão empregadas pela FUNAP é R\$ 1.168,33.

Quadro nº 5: Atividades Exercidas pelos Homens e suas Remunerações – FUNAP, DF/Brasil, 2012

| Atividades exercidas pelos homens | Nível | Remuneração Total |
|--|---------------|----------------------------|
| Assistente Administrativo | Nível I ou II | R\$ 1140,00 ou R\$ 1310,00 |
| Informática e manutenção de redes | Nível II | R\$ 1310,00 |
| Serviços Gerais – limpeza, pintura, lavador de carro, garçom, serviços de limpeza e manutenção de áreas urbanas, escavação de valas para instalação de rede de águas, roçagem de mato, construção e calçadas, remoção de entulho vegetal e operação de tapa buracos. | Nível I | R\$ 1140,00 |

| Atividades exercidas pelos homens | Nível | Remuneração Total |
|--|--------------|--------------------------|
| Serviços Gerais - eletricista, bombeiro hidráulico, mecânico | Nível II | R\$ 1310,00 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na FUNAP.

A remuneração média entre os homens em cumprimento de pena no regime semiaberto e aberto no DF que estão empregados via FUNAP é de R\$ 1.246,25. Isto é, quando comparada com a remuneração média percebida pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto e aberto no DF, os homens presos recebem R\$ 77,92 a mais que as mulheres presas que estão empregadas pela FUNAP, ou seja, elas recebem 6,25% a menos que os homens presos que estão empregados pela FUNAP.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS DA SEVEP

A SEVEP, localizada no TJDF, tem sua origem relacionada à iniciativa do Juiz Irajá Pimentel que, acompanhado por uma socióloga, necessitou de assessoramento Psicossocial, em 1984.

A SEVEP com o intuito de promover atendimento humanizado aos usuários da Justiça referente ao cumprimento das penas e medidas judiciais, considerando à promoção de saúde, bem-estar, a restauração e a inclusão social, tem por objetivo geral assessorar o Juiz da Vara de Execuções Penais – VEP, nas decisões relativas à execução das penas, com ênfase nos aspectos psicossociais.

Atua em três diferentes áreas: estudo psicossocial relativo aos/às sentenciados/as sob penas privativa de liberdade - Saídas Temporárias, avaliação da concessão de trabalho externo aos/às beneficiados/as com regime semiaberto - Trabalho Externo, objeto de estudo deste trabalho - e acompanhamento e fiscalização das Medidas de Segurança, sendo seus usuários os/as sentenciados/as submetidos à penas privativas de liberdade e às Medidas de Segurança nas modalidades de internação e tratamento ambulatorial e seus familiares.

Quanto os trabalhos externos, no período de janeiro à metade de julho de 2012, a lei utilizada para empregar os/as sentenciados/as era a LEP que previa no artigo 29 que “o

trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo”, sendo assim, muitos empregadores remuneravam os/as trabalhadores/as presos/as com o mínimo exigido por lei. Porém, no contexto do DF, houve avanços: a partir de julho de 2012 em diante, o Juiz interpretou que os/as trabalhadores/as presos/as devem ser tratados como qualquer outro/a trabalhador/a, ou seja, serão submetidos à CLT.

Esta nova interpretação da lei tem por objetivo igualar os direitos de todos os/as trabalhadores/as que estejam em privação de liberdade ou não, visto que, antes os empregadores utilizavam os/as trabalhadores/as presos como mão de obra barata rentável aos lucros das empresas, entretanto, o Judiciário não tem controle suficiente para fiscalizar a qualidade as atividade laborativas exercidas pelos/as presos/as nem tampouco se estas atividades funcionam efetivamente como mecanismo de (re)socialização.

A SEVEP, em 2012, elaborou apenas 33 Termos de Compromissos do Empregador para propostas de emprego para mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF e 843 Termos de Compromisso do Empregador para propostas de emprego para homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF, totalizando 876 Termos de Compromisso para homens e mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto. É importante considerar que quando os Termos de Compromissos do Empregador são elaborados pela SEVEP não significa que o Juiz autorizou o benefício de Trabalho Externo, pois depende de outros fatores tais como o delito cometido, relatório produzido pela SEVEP, análise da idoneidade da empresa, relatório de bom comportamento elaborado pelo Presídio. Mesmo assim, a amostra colhida é suficiente, pois a grande maioria das propostas são autorizadas pelo Juiz. Foram retiradas e analisadas desse Termo informações sobre o ano e local de nascimento do/a sentenciado/a, a função exercido/a pelo/a sentenciado/a e a remuneração, como pode ser verificado abaixo:

Tabela nº 2: Local de nascimento das mulheres e dos homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012

| Local de nascimento | Mulheres | Homens |
|---------------------|----------|--------|
| Alagoas | 1 | 3 |

| Local de nascimento | Mulheres | Homens |
|----------------------------|-----------------|---------------|
| Bahia | 1 | 41 |
| Ceará | 1 | 18 |
| DF | 19 | 509 |
| Espírito Santo | 0 | 3 |
| Goiás | 3 | 54 |
| Manaus | 1 | 3 |
| Maranhão | 1 | 39 |
| Mato Grosso | 0 | 2 |
| Minas Gerais | 3 | 41 |
| Pará | 0 | 12 |
| Paraíba | 0 | 18 |
| Paraná | 1 | 3 |
| Pernambuco | 0 | 17 |
| Piauí | 1 | 32 |
| Portugal | 0 | 1 |
| Rio de Janeiro | 0 | 7 |
| Rio Grande do Norte | 1 | 5 |
| Rondônia | 0 | 1 |
| São Paulo | 0 | 11 |
| Sergipe | 0 | 4 |
| Tocantins | 0 | 11 |
| Não informado | 0 | 8 |
| Total | 33 | 843 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

Observa-se que tanto no cárcere feminino e como no masculino no contexto do DF há migração dos Estados brasileiros para o DF. Das 33 mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF com proposta de emprego, em 2012, analisada pela SEVEP, um pouco mais da metade delas nasceram no DF, isto é, cerca de 57% delas. E dos 843 homens em cumprimento de pena no regime semiaberto com proposta de emprego analisada pela SEVEP, 509 nasceram no DF, cerca de 60% deles nasceram do DF. Pode-se concluir que há um índice considerável de migrações de outros Estados para o DF tanto na população carcerária feminina como masculina que estão no regime semiaberto com proposta de emprego analisada pela SEVEP, em 2012.

Tabela nº 3: Idade das mulheres e dos homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012

| Idade | Mulheres | Homens |
|-----------------|-----------------|---------------|
| 18 a 24 anos | 6 | 186 |
| 25 a 29 anos | 7 | 216 |
| 30 a 34 anos | 7 | 183 |
| 35 a 45 anos | 9 | 192 |
| 46 a 60 anos | 4 | 55 |
| Mais de 60 anos | 0 | 7 |
| Não informado | 0 | 4 |
| Total | 33 | 843 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

Apesar o Relatório do Infopen (2012) relatar que há mais pessoas presas na faixa etária de 18 a 24 anos tanto na população carcerária masculina (2.698) como na feminina (241), a faixa etária predominante de homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF que chegaram à SEVEP com proposta de emprego, 2012, é 25 a 29 anos e a faixa etária para as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF que chegam à SEVEP com proposta de emprego, 2012, é 35 a 45 anos.

Isto possivelmente ocorre por que o emprego somente é concedido a partir do regime semiaberto, sendo assim, os/as sentenciados/as envelhecem no cárcere enquanto esperavam a progressão do regime fechado para o semiaberto.

No caso das mulheres presas, elas são mais velhas em relação aos homens presos, pois segundo Espinoza (2004) a maioria das mulheres é condenada por crimes de tráfico ilícito de entorpecentes. O tráfico ilícito de entorpecentes está na lista de crimes hediondos bem como latrocínio, estupro, atentado violento ao pudor, terrorismo, por exemplo. O objetivo dos crimes hediondos é agravar a pena das pessoas que cometem esses delitos, desse modo, Lemgruber (1999) explica que embora o tráfico de drogas seja uma atividade de ocupada majoritariamente por homens, as mulheres ocupam uma posição subalterna na estrutura do tráfico de drogas o que possibilita uma maior quantidade de mulheres presas por este delito e, por isto, elas estão mais velhas quando adquirem o direito de trabalhar.

Quadro nº 6: Atividades exercidas por mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012

| Nº | Atividades |
|----|--|
| 1 | Atendente/vendedora |
| 2 | Auxiliar de escritório |
| 3 | Auxiliar de serviços gerais (outros) |
| 4 | Cabeleireira/auxiliar de cabeleireira/escovista/manicure e depiladora/auxiliar de serviços gerais (em salão de cabeleireiro) |
| 5 | Chefe de cozinha/ cozinheira/ auxiliar de cozinha |
| 6 | empregada doméstica |
| 7 | Secretária |
| 8 | Técnica de políticas públicas e gestão governamental |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

Assim como na FUNAP, são poucas as atividades ocupadas pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF analisadas pela SEVEP, em 2012, se considerar a gama de ocupações disponíveis aos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF, descrita logo abaixo no quadro 7.

A característica dos empregos, agrupados por similaridade, ofertados para essas mulheres é o caráter feminino atribuído historicamente e culturalmente pela sociedade como,

por exemplo, secretária, empregada doméstica, cabeleireira. E em quase todas as atividades não são necessário um alto grau de qualificação, com exceção ao cargo de técnica de políticas públicas e gestão governamental.

Quadro nº 7: Atividades exercidas por homens em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF analisados pela SEVEP nos Termos de Compromissos do Empregador, DF/Brasil, 2012

| Nº | Atividades |
|----|---|
| 1 | Açougueiro/auxiliar de açougueiro/ fatiador |
| 2 | Administrador |
| 3 | Advogado |
| 4 | Agente administrativo/técnico administrativo/auxiliar administrativo/ auxiliar de escritório/ assistente operacional |
| 5 | Agente penitenciário |
| 6 | Agente social |
| 7 | Ajudante de entrega |
| 8 | Ajudante de gesso |
| 9 | Ajudante de Marmoraria |
| 10 | Ajudante de montador de móveis/ auxiliar de montagem |
| 11 | Ajudante/ajudante geral |
| 12 | Analista de finanças e controle |
| 13 | Analista em ciência e tecnologia - Sênior III |
| 14 | Atendente de marketing/ encarregado de telemarketing |
| 15 | Atendente/balconista/recepcionista/vendedor/ auxiliar de vendas |
| 16 | Auxiliar de acabamentos e impressão/ auxiliar de materiais gráficos/ auxiliar de instalador de banner e serviços gráficos/ arte finalista/ auxiliar de serigrafia |
| 17 | Auxiliar de chaveiro e carimbos |
| 18 | Auxiliar de copiadora |
| 19 | Auxiliar de laboratório |
| 20 | auxiliar de laboratório de prótese dentária |
| 21 | Auxiliar de montagem de elevadores |
| 22 | Auxiliar de serviços gerais |
| 23 | Auxiliar técnico (conserto de placas eletrônicas, troca de baterias – sistema de energia) |
| 24 | Auxiliar técnico de rejoalheiro |
| 25 | Cabeleireiro |
| 26 | Caixa/ operador de caixa |
| 27 | Carpinteiro/meio oficial de carpinteiro/ ajudante de marceneiro/auxiliar de marcenaria |

| Nº | Atividades |
|----|--|
| 28 | Carregador/ auxiliar de pátio/ajudante de cargas |
| 29 | Caseiro/Doméstico/Chacareiro |
| 30 | Consultor de vendas/ corretor/captador de imóveis |
| 31 | Cortador de tecidos |
| 32 | Cortador de vidros/ ajudante de vidraceiro |
| 33 | Cuidador de idosos |
| 34 | Eletricista/ajudante, auxiliar, assistente de eletricista/ meio oficial de eletricista |
| 35 | Empacotador de temperos |
| 36 | Encarregado/ encarregado de limpeza |
| 37 | Estoquista/ajudante de depósito/auxiliar de estoque/controle de depósito/almojarife/auxiliar de almoxarifado/ conferente/ auxiliar de expedição |
| 38 | Frentista |
| 39 | Garagista/ lavador de carro |
| 40 | Garçom |
| 41 | Gerente/gerente administrativo/gerente geral/Auxiliar de gerência |
| 42 | Jardineiro/auxiliar de jardinagem |
| 43 | Lavador de roupas |
| 44 | Manutenção de máquinas |
| 45 | Mecânico de compressores e pneumática |
| 46 | Mecânico de moto e bicicletas |
| 47 | Mecânico/auxiliar, ajudante, assistente de mecânico/ borracheiro/ajudante de borracheiro/ajudante de capotaria/ instalador de acessórios para carros, de películas automotivas, de som automotivo/ pintor de autos/ interneiro (higienização de veículos)/envelopamento/auxiliar de lanternagem /ajudante de instalação de ar condicionado automotivo/auxiliar de estofador/auxiliar de elétrica de autos/ trocador de óleo/preparador de autor para repintura/polidor/eletricista de autos/ auxiliar de alinhamento |
| 48 | Moldador de painéis |
| 49 | Monitor |
| 50 | Monitor de musculação/ instrutor de musculação |
| 51 | Monitor de prevenção de risco/fiscal de loja/ supervisor de vendas/ supervisor de restaurante |
| 52 | Motorista/ condutor autônomo de táxi |
| 53 | Operador de trator de pneu/ operador de máquina |
| 54 | Orçamentista de Veículos |
| 55 | Ourives |
| 56 | Padeiro/ajudante de padeiro/salgadeiro/ajudante de cozinha/confeiteiro/ chapeiro/ pizzaolo |

| Nº | Atividades |
|----|---|
| 57 | Pedreiro/auxiliar, ajudante, assistente de pedreiro/meio oficial de construção civil/pintor/ajudante de pintor/ meio oficial de pintor/ apontador/ ladrilheiro/ montador de esquadrias |
| 58 | Policia Militar |
| 59 | Produtor |
| 60 | Reciclador/ajudante de reciclagem |
| 61 | Repositor/repositor de mercadorias |
| 62 | Representante comercial |
| 63 | Salva-vidas |
| 64 | Serralheiro/meio oficial de serralheria/auxiliar, ajudante, assistente de serralheria/ soldador/ metalúrgico/ reparador em superfícies de metais/ Calheiro/ funileiro industrial/ auxiliar de torneiro mecânico |
| 65 | Servente de limpeza/ faxineiro/ auxiliar de serviços gerais de limpeza e conservação |
| 66 | Supervisor de produção/encarregado de produção/ alimentador de linha de produção/coordenador de produção/ auxiliar de produção |
| 67 | Tapeceiro/auxiliar de tapeceiro/montador de estofados/tecedor |
| 68 | Técnico de refrigeração |
| 69 | Técnico em eletrônica |
| 70 | Técnico em informática/programador/ auxiliar de manutenção de computadores/ auxiliar técnico/ operador de micro/ digitador/ carregador de cartucho/ Cadista (desenhista, projetista de software autocad) |
| 71 | Técnico em radiologia |
| 72 | Técnico em telefonia/ técnico em telefonia celular |
| 73 | Verdureiro |
| 74 | Veterinário/banho e tosa de animais |
| 75 | Zelador |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

As atividades listadas no quando 7 deste trabalho são as atividades disponibilizadas aos sentenciados em regime semiaberto por empresas no ano de 2012 que foram analisadas pela SEVEP. Nota-se que há diversidade nos empregos ofertados aos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF – são 75 ocupações que foram agrupadas por similaridade - em relação às atividades disponibilizadas às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF – apenas 8 ocupações.

Assim, observa-se que a realidade das propostas de emprego via FUNAP se repetem nas propostas de emprego analisadas pelas SEVEP, isto é, as mulheres em

cumprimento de pena no regime semiaberto no DF com proposta de emprego analisada pela SEVEP, em 2012, são discriminadas do mercado de trabalho da mesma forma que as mulheres na mesma situação empregadas pela FUNAP.

Quadro nº 8: Média de remuneração percebida pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto, DF/Brasil, 2012

| Nº de atividades agrupadas | Remuneração média |
|-----------------------------------|--------------------------|
| 8 | R\$ 1048,01 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

A média de remuneração, isto é, os salários somados aos adicionais de auxílio alimentação e auxílio transporte, entre as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF com proposta de emprego analisada pela SEVEP em 2012 é R\$ 1048,01.

Quadro nº 9: Média de remuneração percebida pelos homens em cumprimento de pena no regime semiaberto, DF/ Brasil, 2012

| Nº de atividades agrupadas | Remuneração média |
|-----------------------------------|--------------------------|
| 75 | R\$ 1145,89 |

FONTE: Elaboração própria com base na coleta de dados na SEVEP.

A média de remuneração entre os homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF que foram empregados com proposta de emprego analisada pela SEVEP em 2012 é de R\$ 1145,89. Isto é, quando comparada com a remuneração média percebida pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF com proposta de emprego analisada pela SEVEP em 2012 com os homens que se encontram na mesma situação, elas recebem R\$ 97,88 a menos que os homens presos empregados pela SEVEP, ou seja, elas recebem 8,5% a menos que esses homens.

Para calcular a média de remuneração foram desconsiderados as comissões, os planos de saúde, o adicional de insalubridade, pois não possuíam um valor preciso. Muitos Termos de Compromisso do Empregador analisados não possuíam o valor exato do salário e dos adicionais e, por isso, foi estipulado que os adicionais auxílio transporte e auxílio alimentação seria de R\$ 230,00 cada um, conforme é na FUNAP. O salário mínimo considerado foi R\$ 622,00, valor fixado no ano de 2012 e os valores dos salários base da categoria foram retirados do relatório do DIEESE (2012) e considerado para todas as atividades a remuneração média do setor comércio de R\$ 685,00.

Os homens em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF eram os únicos a possuírem as comissões, os planos de saúde, o adicional de insalubridade que não foram contabilizados, mesmo assim, a remuneração média é maior que a remuneração média das mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF. A diferença de remunerações nas propostas de emprego pela SEVEP entre homens presos e mulheres presas (R\$ 97,88) é maior que diferença de remuneração nos empregos via FUNAP entre homens presos e mulheres presas (R\$ 77,92) Sendo assim, as propostas de emprego que foram analisadas em 2012 pela SEVEP também reforçam e corroboram para a manutenção das desigualdades gênero.

4.4 COMPARAÇÃO: EMPREGOS DESIGUAIS, INSERÇÕES DIFERENTES E (RE)SSOCIALIZAÇÃO DISTINTAS!

A literatura e as pesquisas sobre a remuneração entre homens e mulheres de modo geral na sociedade, é percebido que as mulheres, apesar de terem maior tempo de escolaridade, suas remunerações são sempre menores quando comparadas com as remunerações dos homens que ocupam a mesma função.

Bandeira (2010) mostra que, em 2008, em todas as regiões do Brasil, as mulheres com 15 anos ou mais de idade tinham escolaridade média de 7,6 anos de estudo enquanto os homens, 7,3 anos de estudo. Quando pesquisa na população ocupada e residente nas áreas urbanas, percebe-se que os homens ocupados, em 2008, possuíam, em média, 8,3 anos de estudo, enquanto as mulheres ocupadas tinham escolaridade média de 9,2 anos. Para a autora, isso significa que as mulheres se qualificam mais para entrarem no mercado de trabalho e que, mesmo assim, essa qualificação não se reverte em remunerações mais elevadas que as masculinas nem tampouco isenta as mulheres das responsabilidades domésticas e de cuidados dos filhos e do marido.

Desse modo, com o material coletado na FUNAP e com o relatório do Infopen (2012), os dados analisados por Bandeira (2010), se repetem na população encarcerada na qual as mulheres presas tem suas remunerações menores em relação aos homens. Quanto a escolaridade, das 641 mulheres em cumprimento de pena no DF, em 2012, 20 delas eram analfabetas (3,12%), 343 delas tinham o ensino fundamental incompleto (53,51%), 48 delas tinham ensino fundamental completo (7,48%), 124 delas cursaram até o ensino médio incompleto (19,34%), 87 delas tinham o ensino médio completo (13,57%), 16 delas ensino superior incompleto (2,49%) e 3 delas tinham ensino superior completo (0,46%). E, dos 10.758 homens em cumprimento de pena no DF, em 2012, 171 deles eram analfabetos (1,6%), 4.080 deles tinham o ensino fundamental incompleto (38%), 716 deles cursaram o ensino fundamental completo (6,7%), 966 dos homens presos tinham o ensino médio incompleto (9%), 545 deles tinham o ensino médio completo (5,1%), 108 deles cursaram até o ensino superior incompleto (1%) e 31 deles tinha ensino superior completo.

Pode-se perceber que as mulheres presas apesar de ter um índice mais alto de analfabetismo, quando comparadas aos homens presos, elas têm maior percentual de população presa que cursaram os outros períodos do ensino. Assim, entre as pessoas em

cumprimento de pena, verifica-se que as mulheres, dentro de sua população carcerária, detêm, em quase todos os níveis de escolaridade, um percentual maior quando comparada com a população carcerária masculina, mas ainda elas recebem remuneração menor em relação dos homens presos, como mostra a tabela abaixo:

Tabela nº 4: Escolaridade entre os homens e mulheres em cumprimento de pena, DF/Brasil, 2012

| Escolaridade | Homens - quantidade | Mulheres - quantidade |
|--|--------------------------------|----------------------------------|
| Analfabetos/as | 171 (\cong 1,6%) | 20 (\cong 3,12%) |
| Ensino Fundamental Incompleto | 4080 (\cong 38%) | 343 (\cong 53,51%) |
| Ensino Fundamental Completo | 716 (\cong 6,7%) | 48 (\cong 7,48%) |
| Ensino Médio Incompleto | 966 (\cong 9%) | 124 (\cong 19,34%) |
| Ensino Médio Completo | 545 (\cong 5,1%) | 87 (\cong 13,57%) |
| Ensino Superior Incompleto | 108 (\cong 1%) | 16 (\cong 2,49%) |
| Ensino Superior Completo | 31 (\cong 0,3%) | 3 (\cong 0,46%) |
| Ensino acima do Ensino Superior Completo | 0 | 0 |
| Não informado | 4.010 (\cong 37,3%) | 0 |
| TOTAL | 10.758 (\cong 100%) | 641 (\cong 100%) |

FONTE: Elaboração própria com base no Relatório do Infopen (2012).

Segundo Bandeira (2010), a Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílios (2008) – PNAD – mostra que as mulheres, na sociedade no geral, recebiam 71% do que recebia os homens. Esta estatística considera todas as ocupações e profissões exercidas por homens e mulheres desde os mais altos cargos até as ocupações de exigem menos qualificações, desse

modo, é possível perceber uma desigualdade gritante entre os salários percebidos pelos homens e pelas mulheres na sociedade em geral.

Tabela 5: Renda média mensal, segundo sexo. Brasil – 2001/2004/2006/2007/2008 (valores em R\$ de dezembro de 2008)

| Ano | Renda Mensal | | |
|------|--------------|----------|--------------------|
| Sexo | Masculino | Feminino | Feminino/Masculino |
| 2001 | 1.255,00 | 867,00 | 69% |
| 2004 | 1.005,00 | 700,00 | 70% |
| 2006 | 1.148,00 | 817,00 | 71% |
| 2007 | 1.161,00 | 831,00 | 72% |
| 2008 | 1.130,00 | 802,00 | 71% |

FONTE: Retirado de Bandeira (2010) - PNAD/IBGE, 2001, 2004, 2006, 2007 e 2008.

Quando se compara os dados da remuneração da sociedade no geral com os dados da remuneração da população carcerária, percebe-se que a diferença de remuneração entre os sexos é menor na população encarcerada, isto é, na FUNAP as mulheres presas recebem 93,25% que os homens presos recebem e na SEVEP as mulheres presas recebem 91,5% que os homens presos recebem, enquanto na sociedade no geral as mulheres recebem apenas 70% em relação aos homens.

Esta diferença de remunerações entre os sexos no sistema carcerário e a sociedade no geral ocorre por que a população encarcerada advém da classe social baixa cujos empregos de ambos os sexos exigem poucas qualificações e são mal remunerados. Verifica-se, então, que as mulheres pobres se encontram em uma situação mais degradante que os homens pobres.

No entanto, acredita-se que quando os políticos do “*mensalão*” estiverem trabalhando, as suas remunerações elevará a diferença entre as remunerações dos homens em

cumprimento de pena no regime semiaberto no DF e das mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF, uma vez que, aos políticos serão oferecidas atividades que exigem mais qualificações e melhores remunerações, ou seja, a entrada de uma classe social mais favorecida no sistema prisional possibilita o aumento das diferenças das remunerações entre homens presos e mulheres presas, assim como é na sociedade no geral.

Assim, a partir da análise deste TCC foi possível interpretar que o Sistema Carcerário Feminino constrói uma sociabilidade diferente ao Sistema Carcerário Masculino, isto é, considerando que a socialização feminina é diferente da socialização masculina – um exemplo, Fávero (2011) explica, por meio de pesquisas sobre a temática de gênero com ênfase nos aspectos psicológicos, que as meninas quando crianças são estimuladas pelos pais, pela família e por outras instituições a externalizar sentimentos de tristeza, dor e sofrimento, enquanto, os meninos são estimulados desde criança a serem agressivos e raivosos – o mundo exclusivamente feminino são caracterizados pela feminilidade historicamente, socialmente e culturalmente construída e, assim, acontece com o mundo exclusivamente masculino.

Consequentemente, com inserções em Sistemas Prisionais diferentes, a (re)socialização e os empregos são distintos os quais estabelecem condições diversas aos homens e às mulheres, buscando fragmentá-los, distanciá-los.

Espinoza (2004) adverte que tradicionalmente as mulheres encarceradas são estudadas sob o estereótipo de loucas, pois se as mulheres devem ser emotivas, simpáticas e frágeis, àquelas que cometem crimes só podem ser consideradas mentalmente perturbadas. Esse discurso é e foi incorporado pelas agentes de segurança, pelas autoridades que formulam políticas penitenciárias para as mulheres presas. Essas atitudes explicam, por exemplo, a forma como a *Cartilha da Mulher Presa* foi elaborada, nas palavras de Espinoza (2004):

“Essa postura reforça a infantilização, utilizada como critério de controle por autoridade e funcionárias penitenciárias, para justificar a maior tutela moral à que são submetidas as mulheres no cárcere” (ESPINOZA, 2004: 85).

Comparando as três instituições, CNJ, FUNAP e SEVEP, percebe que elas reproduzem a cultura da sociedade, já descritas neste trabalho. As consequências dessa reprodução refletem diretamente na população feminina encarcerada, sendo elas consideradas um subgrupo do Sistema Prisional, destinadas recorrentemente à situações de pobreza e de vulnerabilidade social.

Constatou-se que os empregos oferecidos às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF, tanto pela FUNAP como pela SEVEP, exigem menos qualificações, tem remuneração inferior quando comparadas às remunerações recebidas pelos homens na mesma situação.

Saffioti (1976) explica que a maneira que as mulheres desempenham suas funções reprodutivas, sexuais e de socialização dos filhos exerce influência nos trabalhos executados por elas nos quais são ocupações mal remuneradas, implicam no desprestígio de classe, isto é, não proporciona *status* social. Assim, as mulheres são educadas para o casamento e para a procriação, isto é, para serem exclusivamente donas de casas, cuidadoras dos filhos e do marido e isto significa que o *status* dos homens pode ser medido pela capacidade de ociosidade de suas esposas e de suas filhas. E, como consequência disto, além dos próprios empregadores se justificarem com este argumento para remunerar com baixos salários as mulheres, elas mesmas se julgam em desvantagens e são manipuladas para se considerarem submissas, sem poder de decisão.

A autora argumenta que o equilíbrio das mulheres é não pensado exclusivamente como resultado de uma atividade profissional, como acontece com os homens, pois as mulheres dependem do seu papel na família, sendo ele, a contrapartida para as atividades profissionais. Apesar disto, o emprego significa para as mulheres participar da vida pública, construir seu próprio caminho, a cultura. Para concluir, perpetuar esta estrutura de classe é perpetuar um sistema de produção que discrimina pessoas por classe, cor e gênero, isto é, tanto no cárcere como na sociedade fora dos muros haverá exclusão social, as diferenças de gênero é mais uma entre outras exclusões que o capitalismo proporciona.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente estudo buscou compreender, a partir de uma comparação entre as atividades exercidas pelos homens presos e pelas mulheres presas, o significado dos trabalhos executados pelas mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no DF e se esses trabalhos reproduziam o patriarcado, instaurado na sociedade capitalista no qual as mulheres ocupam uma posição inferior aos homens, permeando a manutenção da feminização e masculinização das ocupações e todas as consequências derivadas desta.

Na elaboração deste TCC, no ano de 2013, foram coletados dados referentes ao ano de 2012 no CNJ, na FUNAP e na SEVEP os quais **confirmaram a hipótese** descrita no início deste trabalho: os contratantes (empregadores), o Estado, a legislação, a mídia online e o Sistema Prisional compreendem o benefício de trabalho externo concedido às mulheres em cumprimento de pena em regime semiaberto no DF como um instrumento que conserva e mantém as desigualdades entre os sexos. Em outras palavras, as mulheres em liberdade são alvos de menores remunerações e de empregos que exigem pouca qualificação, quando estas mulheres chegam à prisão continuam sujeitas às atividades desqualificadas e indignas e após o cumprimento da pena, além de serem excluídas de toda e qualquer oportunidade de emprego, elas carregam o estigma de serem ex-presidiárias.

Durante a análise dos dados percebeu que as cartilhas elaboradas para público encarcerado reproduzem o patriarcado separando os assuntos das cartilhas por sexo, além de reafirmar as desigualdades de gênero a partir da linguagem mais didática para as mulheres presas e a cor rosa e para os homens uma linguagem mais densa e a cor azul.

Quanto a *Cartilha do Empregador*, pode apreender que para as instituições analisadas o trabalho não é entendido como elemento central para a (re)inserção das pessoas presas na sociedade e tampouco como elemento ontológico do ser social o qual liberta e emancipa, assim, o trabalho oferecido às pessoas presas nada mais é que o trabalho abstrato, alienado.

Da mesma forma que no modo de produção capitalista o trabalho não emancipa e nem liberta os sujeitos, o sistema carcerário não (re)ssocializa, não (re)insere os sujeitos de forma digna, consciente e, sim, exclui por raça/etnia, classe social e gênero.

Assim, o ideal seria que as políticas públicas possibilitassem a diminuição das desigualdades entre os sexos. Uma das formas seria levar para dentro dos presídios femininos

e masculinos os mesmos cursos de qualificação e garantir que a oferta de trabalho seja igual para os homens e para as mulheres em cumprimento de pena, isto é, sem distinção de gênero no momento de escolher um/a eletricista ou um/a carpinteiro, por exemplo.

Entretanto, Yannoulas (2004) destaca que a elaboração das agendas e das políticas públicas está relacionada ao grau de abertura para as transformações da sociedade, ou seja, a forma como a realidade é interpretada e discutida e como as alternativas do problema são propostas é decorrente dos atores políticos, das instituições que participam das agendas e da elaboração das políticas públicas. Assim, a autora identifica diferentes concepções a respeito do trabalho feminino: alguns reconhecem a heterogeneidade, outros a diferença entre o trabalho feminino e o trabalho masculino e outros reconhecem o trabalho feminino como secundário, utilizando como modelo o trabalho masculino.

O interesse de incorporar as questões das trabalhadoras nas agendas e nas políticas públicas é recente, segundo a autora. Esse interesse surgiu por iniciativa dos movimentos organizados de mulheres e instituições internacionais. Essa questão é acrescida ainda pelos antagonismos permeados pelo modo de produção capitalista:

“Nos países da nossa região chama a atenção a grande popularidade de objetivos e financiamentos relacionados com a melhoria da **formação profissional das mulheres** em concordância com as necessidades do mercado, visando à adequação da oferta da mão-de-obra às demandas dos mercados cada vez mais exigentes e competitivos (ver DAEREN, 2001). O risco desse enfoque é priorizar as necessidades do mercado ao invés das necessidades das pessoas (mulheres e homens), além de não considerar outros fatores (mais estruturais) que dificultam o acesso das mulheres aos mercados de trabalho, como são os estereótipos de gênero” (YANNOULAS, 2004:87).

Sendo assim, a igualdade de oportunidade entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho ou em setores da sociedade como, por exemplo, no campo de produção de conhecimento, somente poderá ser alcançado pelo processo contínuo de luta.

No decorrer esta pesquisa observou-se que há pouca literatura que aprofunda os estudos de trabalho, gênero e Sistema Prisional, como adverte Espinoza (2004):

“Se compararmos as pesquisas que têm como tema as prisões femininas com aquelas existentes sobre as prisões masculinas no Brasil, será possível deduzir que inúmeros aspectos ainda não foram estudados, daí a importância de promover a expansão dos estudos sobre o universo dos cárceres de mulheres” (ESPINOZA, 2004:84).

Assim, alguns estudos devem ser alvos de pesquisas futuras: a) aprofundar os estudos sobre a qualidade das atividades exercidas pelas mulheres em cumprimento de pena;

b) entender como as mulheres em cumprimento de pena percebem o trabalho concedido a elas; c) estudar a migração de pessoas para o DF e a representatividade desta população no sistema prisional do DF e suas consequências; d) compreender como a mídia *online* e a mídia em geral percebem o trabalho concedido às mulheres em cumprimento de pena.

Este TCC tinha intenção em realizar este estudo, no entanto, foi abandonado pela dificuldade em encontrar reportagens relevantes nos jornais escolhidos e no período selecionado, sendo assim, necessita-se de um período mais abrangente e em diversos jornais para obter material relevante.

Espera-se que este TCC possa contribuir nas aplicações práticas das instituições que pensam e planejam políticas para o público feminino encarcerado, ampliando estas ações para além do DF, os quais devem propor mecanismos que busquem não transformar a maneira de (re)ssocializar as mulheres e homens em cumprimento de pena e, sim, estratégias que alterarem as relações sociais de gênero presente na sociabilidade atual, pois compreendeu-se neste TCC que as relações sociais nos presídios é uma mera reprodução da sociedade patriarcal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 6º ed, 1999.

ANTUNES, Ricardo (org.). A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete; PINHEIRO, Luana. Mulheres em Dados: O que Informa a PNAD/IBGE, 2008. In: Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero: Autonomia Econômica, Empoderamento e Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho, Edição Especial. Brasília, SPM, 2010, p. 107-119.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940.

_____. Consolidação das Leis Trabalhistas. Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943.

_____. Lei de Execução Penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

_____. Lei nº 7.533, de 2 de Setembro de 1986.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil Contemporâneo. **Cad. de Pesqui.**, São Paulo, nº 110, jul., 2010, p. 67-104. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/11/2013.

CAPPELLIN, Paola. As Desigualdades impertinentes: telhado, paredes ou céu de chumbo? **Rev. Gênero.**, Rio de Janeiro, v. 9., n. 1, 2008, p. 89-126. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/97/73>>. Acesso em: 10/11/2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética do/a Assistente Social. CFESS, Brasília, 1993.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução 96, de 27 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Projeto Começar de Novo no âmbito do Poder Judiciário, institui o Portal de Oportunidades e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cartilha do Empregador. Brasília, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cartilha da Pessoa Presa. 2ª Edição, Brasília, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cartilha da Mulher Presa. 2ª Edição, Brasília, 2012.

CARDOSO, Maria Cristina. A cidadania no contexto da Lei de Execução Penal: o (des)caminho da inclusão social do apenado no Sistema Penitenciário do Distrito Federal. Brasília: Unb, 2006, 172 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Programa de Pós Graduação Mestrado em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=454. Acesso em: 05/05/2013.

DIEESE. Balanços dos Pisos Salariais Negociados em 2012. **Estudos e Pesquisas**, nº 67, julho 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/balancodospisos/2012/estPesq67BalPisos2012.pdf>> Acesso em: 20/10/2013.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FAVERO, Maria Helena. Psicologia de Gênero: Psicobiografia, Sociocultura e Transformações. Paraná: Editora EDUFPR, 1ª edição, 2011.

FRAGOSO, Heleno; CATÃO, Yolanda; SUSSEKIND, Elisabeth. Direitos dos Presos. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1980

FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO/DF. Realise. Documento não publicado) Brasília, 2013.

HIRATA, Helena. A nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e sociedade. São Paulo: editora Boitempo, 2002.

_____. Conciliação entre Trabalho Produtivo e Reprodutivo: “Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais à igualdade de gênero na economia”. In: Revista do Observatório do Brasil da Igualdade de Gênero. Brasília: SPM, 1ª Impressão, 2010, p. 45-49.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf> Acesso em: 10/11/2013.

LAUTIER, Bruno. Trabalho ou labor? Dimensões históricas e culturais. In: Trabalho e Cidadania. Brasília: Ser Social, nº 5, p. 9-21, jul/dez. 1999.

LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense, 2.^a ed., 1999.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Relatórios Estatísticos Infopen - Analíticos do sistema prisional de cada Estado da Federação. Brasília, 2012. Disponível em: <
<http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=¶ms=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>> Acesso em: 15/10/2013.

MOTA, Lorena. O Serviço Social e a Execução Penal: Uma Análise da Atuação Profissional dos Assistentes Social na Vara de Execuções. Brasília: UnB, 2012, 72 p. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:
http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/4274/1/2012_LorenaNataliadosSantosMota.pdf.
 Acesso em: 05/05/2013.

NOGUEIRA, Vera; SILVA, Vini. Ética em pesquisa, Plataforma Brasil e a produção de conhecimentos em ciências humanas e sociais. In: Serviço Social e Educação. Brasília: Ser Social, v. 14, nº 30, p. 190-209, jan./jun. 2012.

OLIVEIRA, Thais. Reduzidos Índices de Evasão e Reincidência Criminal no Distrito Federal: O Papel do Serviço Social da Seção Psicossocial da Vara de Execuções Penais Segundo os Usuários e as Assistentes Social. Brasília: UnB, 2009, 94 p. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:
http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/723/1/2009_ThaisOliveira.pdf. Acesso em: 05/05/2013.

PAIVA, Igor. A mulher e o poder punitivo: o sistema penal e o cárcere como forma de negação e controle feminino. Brasília: UnB, 2011, 104 p. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em Direito) - Departamento de Direito, Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3229/1/2011_IgorFrutuosoPaiva.pdf. Acesso em: 05/05/2013.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2ª ed., 1976.

TRINDADE, Lourival. Ressocialização...Uma (dis)função de Pena de Prisão. Porto Alegre: editora FABRIS, 2003.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma Categoria. Brasília: Temporalis, ano 11, n. 22, jul./dez. 2011, p. 271-292.

YANNOULAS, Silvia (coordenadora). A Convidada de Pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda: entre a descentralização e a integração supranacional. Um olhar a partir do Brasil 1988-2002. Brasília: FLASCO, 2004.

APÊNDICE

APÊNDICE I - CARTA DE APRESENTAÇÃO



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Curso Diurno de Graduação em Serviço Social
Grupo de Pesquisa TEdis

Carta de Apresentação

Brasília, 29 de maio de 2013.

Apresentamos a V.S. a aluna **Ágatha Marina Murari Azzolin** – Matrícula: 10/0023657 – do Curso Diurno de Graduação de Serviço Social da Universidade de Brasília, matriculada na disciplina Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (código 136891), orientada pela Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas.

O projeto da aluna centra-se na análise do trabalho externo das mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto. O objetivo geral do projeto é compreender os significados outorgados pelos atores envolvidos ao benefício de Trabalho Externo remunerado concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto. Para tanto, solicitamos autorização para acessar as documentações relativas ao benefício de Trabalho Externo.

As informações obtidas reverterem-se de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Silvia', is written over the typed name of the professor.

Prof.ª Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Professora Adjunta
Matrícula 1017080

AO

Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

APÊNDICE II – ROTEIRO

II. I - ROTEIRO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS NA FUNAP

1. Onde posso ter acesso aos documentos que relatam informações sobre as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto com autorização do benefício de trabalho externo remunerado no Distrito Federal no ano de 2012?

2. Existem pesquisas realizadas pela FUNAP a respeito desse assunto?

3. Onde posso ter acesso às estatísticas realizadas pela FUNAP?

4. Existem ações voltada para inserção das mulheres presas no mercado de trabalho em relação aos homens presos?

II.II - ROTEIRO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS NA SEVEP

1. Onde posso ter acesso aos documentos que relatam informações sobre as mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto com autorização do benefício de trabalho externo remunerado no Distrito Federal no ano de 2012?

2. Existem pesquisas realizadas pela SEVEP a respeito desse assunto?

3. Onde posso ter acesso às estatísticas realizadas pela SEVEP?

4. Existem ações voltada para inserção das mulheres presas no mercado de trabalho em relação aos homens presos?

II.III - ROTEIRO PROPOSTO PARA COLETA DE DADOS NA MÍDIA ONLINE – *CORREIO BRAZILIENSE E JORNAL ALÔ BRASÍLIA, NÃO UTILIZADO*

1) Foram elaboradas reportagens sobre o trabalho das pessoas em cumprimento de pena?

2) Se sim, as reportagens relatam sobre o trabalho das mulheres e homens em cumprimento de pena ou somente do trabalho dos homens presos ou somente do trabalho das mulheres presas?

3) Qual o sentido atribuído ao trabalho na escrita da reportagem? O trabalho das mulheres e homens em cumprimento de pena é (re)ssocializante? É percebido como um direito e dever? Ou como um castigo, parte integrante da pena? Ou como um benefício?

4) Nas reportagens, há algum dado quantitativo sobre a respeito do trabalho das mulheres e homens em cumprimento de pena?

5) As reportagens cita a legislação a respeito do assunto como a Lei de Execuções Penais, o Código Penal, a CLT?

6) Em qual seção de periódico aparece a matéria? Qual página o tema é relevante?

7) Quem é o autor?

ANEXOS

ANEXO I – AUTORIZAÇÕES OUTORGADAS

**TJDFT****Tribunal de Justiça
do Distrito Federal
e Territórios**

VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DO DISTRITO FEDERAL
SEÇÃO PSICOSSOCIAL DA VEP - SEVEP
SRTVS Qd. 701, Bloco N, lote 08, 3º andar, sala 302 - Brasília (DF) - CEP: 70.340-903
Telefone: (61) 3103-1531 - Fax: (61) 3103-1598

Memorando: 18 / 2013

Brasília, 3 de junho de 2013.

Assunto: pesquisa

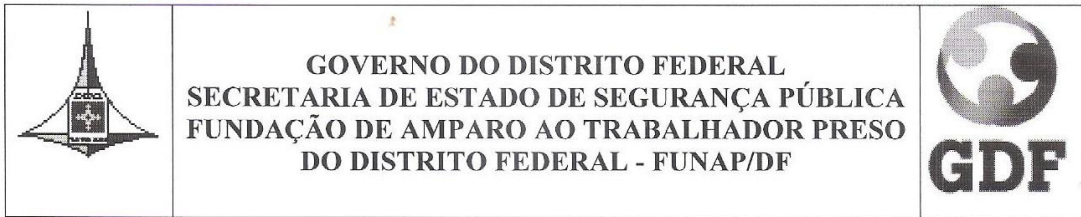
Após análise da solicitação, autorizamos a aluna de Graduação em Serviço Social **Ágatha Marina Murari Azzolin**, da Universidade de Brasília, a realizar pesquisa nos documentos referentes ao benefício de Trabalho Externo.

O objetivo geral do projeto é compreender os significados outorgados pelos atores envolvidos ao benefício de Trabalho Externo remunerado concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no Distrito Federal.

Atenciosamente,

Raquel Gomes Pinto Manzini
Matr. TJDFT 314280
Analista Judiciário
Supervisora da Seção Psicossocial da VEP

Raquel Manzini
Matr. TJDFT 314280
Supervisora da Seção Psicossocial da VEP



AUTORIZAÇÃO

Autorizo a aluna de Graduação em Serviço Social **Ágatha Marina Murari Azzolin**, da Universidade de Brasília, a realizar pesquisa nos documentos referentes ao benefício de Trabalho Externo, constantes nesta FUNAP/DF, cujo objetivo geral é compreender os significados outorgados pelos atores envolvidos ao benefício de Trabalho Externo remunerado concedido às mulheres em cumprimento de pena no regime semiaberto no Distrito Federal.

Brasília, 09 de julho de 2013


ADALBERTO MONTEIRO

Diretor Executivo

Adalberto Monteiro
Diretor Executivo
Matr. 262.744-2
FUNAP/DF

ANEXO II – QUADRO Nº 10: CONVÊNIOS ENTRE FUNAP, EMPRESAS E ORGÃOS PÚBLICOS, DF/BRASIL, 2012

| Nº | Contratantes | Nº de vagas disponíveis |
|-----------|--|--------------------------------|
| 1 | Administração da Candangolândia | 4 |
| 2 | Administração da Ceilândia | 10 |
| 3 | Administração da Estrutural – SCIA | 65 |
| 4 | Administração da Fercal | 8 |
| 5 | Administração de Águas Claras | 10 |
| 6 | Administração de Brasília | 40 |
| 7 | Administração de Samambaia | 14 |
| 8 | Administração de Santa Maria | 20 |
| 9 | Administração de São Sebastião | 10 |
| 10 | Administração de Sobradinho | 13 |
| 11 | Administração de Taguatinga | 40 |
| 12 | Administração de Vicente Pires | 4 |
| 13 | Administração do Cruzeiro | 20 |
| 14 | Administração do Gama | 12 |
| 15 | Administração do Guará | 39 |
| 16 | Administração do Lago Sul | 10 |
| 17 | Administração do Núcleo Bandeirante | 15 |
| 18 | Administração do Paranoá | 25 |
| 19 | Administração do Park Way | 12 |
| 20 | Administração do Recanto das Emas | 13 |
| 21 | Administração do Riacho Fundo I | 10 |
| 22 | Administração do Riacho Fundo II | 7 |
| 23 | Administração do Setor de Indústrias e Abastecimento | 20 |
| 24 | Administração do Varjão | 2 |
| 25 | Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico - ADASA | 6 |
| 26 | Associação Recicle a Vida | 20 |
| 27 | Centrais de Abastecimento do DF - CEASA | 9 |
| 28 | Companhia de Desenvolvimento de Habitação do DF - CODHAB | 10 |
| 29 | Conselho Nacional de Justiça - CNJ | 10 |
| 30 | Defensoria Pública Geral da União - DPGU | 30 |
| 31 | Defensoria Pública do DF - CEAJUR | 25 |

| Nº | Contratantes | Nº de vagas disponíveis |
|-----------|--|--------------------------------|
| 32 | Departamento de Trânsito do DF - DETRAN | 30 |
| 33 | FCB-Transporte, Logística e Serviços Gerais | 70 |
| 34 | Fundação Jardim Zoológico de Brasília | 27 |
| 35 | Instituto Brasil Ambiental - IBRAM | 12 |
| 36 | Ministério da Justiça - MJ | 60 |
| 37 | Ministério do Trabalho e Emprego | 20 |
| 38 | Polícia Civil do DF - PCDF | 20 |
| 39 | Projeto FUNSERV/FUNAP/DF | 30 |
| 40 | Sec. de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB | 12 |
| 41 | Sec. de Estado de Planejamento e Orçamento - SEPLAN | 40 |
| 42 | Secretaria da Criança | 7 |
| 43 | Secretaria da Fazenda - SEFAZ | 45 |
| 44 | Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural - SEAGRI | 21 |
| 45 | Secretaria de Defesa Civil | 14 |
| 46 | Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República | 30 |
| 47 | Secretaria de Estado de Administração Pública - SEAP | 12 |
| 48 | Secretaria de Estado de Cultura - SEC | 6 |
| 49 | Secretaria de Estado de Educação - SEE | 155 |
| 50 | Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos - SEJUS | 135 |
| 51 | Secretaria de Estado de Saúde - SES | 350 |
| 52 | Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP | 60 |
| 53 | Secretaria de Transporte | 100 |
| 54 | Secretaria de Transporte e Controle - STC | 30 |
| 55 | Supremo Tribunal Federal - STF | 40 |
| 56 | Transporte Urbano do DF - DFTRANS | 19 |
| 57 | Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT | 5 |
| 58 | Tribunal Superior do Trabalho - TST | 2 |
| | TOTAL* | 1885 |

ANEXO III – TRECHOS DA CARTILHA DA MULHER PRESA E DA PESSOA PRESA

III.I - TECHOS DA CARTILHA DA MULHER PRESA

| | |
|---|-----------|
| SUMÁRIO | |
| SEGUE-ME | 5 |
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| DIREITOS | 11 |
| DEVERES | 16 |
| DISCIPLINA | 16 |
| AS FALTAS DISCIPLINARES | 16 |
| SANÇÕES | 17 |
| RECOMPENSAS | 17 |
| BENEFÍCIOS | 18 |
| Permissão de Saída (art.120 da LEP) | 19 |
| Saída Temporária (art.122 da LEP) | 19 |
| Remição (art. 126 da LEP) | 20 |
| Indulto e Comutação | 21 |
| A PENA DE MULTA | 21 |
| OUTROS LEMBRETES IMPORTANTES ! | 22 |
| ANEXOS | 24 |
| FORMULÁRIO PARA HABEAS CORPUS | 24 |
| FRAÇÕES PARA BENEFÍCIOS | 27 |
| CRIME COMUM – RÉU PRIMÁRIO | 27 |
| CRIME COMUM – REINCIDENTE | 27 |
| CRIME HEDIONDO – PRIMÁRIO | 27 |
| CRIME HEDIONDO – REINCIDENTE | 27 |
| CRIME COMUM + CRIME HEDIONDO – RÉU PRIMÁRIO | 27 |
| CRIME COMUM + CRIME HEDIONDO – RÉU REINCIDENTE | 27 |
| ANOTAÇÕES IMPORTANTES | 33 |



Você tem direito a cumprir a pena em estabelecimento distinto daquele destinado aos homens.

A segurança interna em penitenciárias femininas somente pode ser realizada por agentes do sexo feminino.



Quando não tiver condições financeiras de pagar um advogado, você terá direito à assistência judiciária gratuita e à entrevista pessoal e reservada com seu advogado ou defensor.

Você tem o direito de ser chamada pelo nome.



Você tem direito à assistência material. Deve receber, sempre que necessite, roupas, cobertas, alimentação adequada, material de higiene e limpeza, além de produtos de uso pessoal, suficientes para que não seja posta em risco sua saúde e integridade física ou moral.



Você também tem direito à assistência à saúde, respeitadas as peculiaridades da sua condição feminina. Assim, além da assistência pelo clínico geral, caso precise de ginecologista, obstetra, psiquiatra ou psicólogo, deve ser atendida. Você tem direito à atenção básica à saúde, incluindo programas educativos de prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Se você já se submetia, antes da prisão, a acompanhamento médico ou a uso de medicação tem o direito de continuar o seu tratamento.



Você também tem direito a atendimento odontológico, de caráter integral. Se estiver com filho na unidade, a criança tem direito de ser atendida por pediatra. Você tem direito a permanecer com o filho na unidade, enquanto estiver amamentando.

Você não perde a guarda dos filhos quando é presa. Ela fica apenas suspensa até o julgamento definitivo da causa, ou então, se você for condenada por sentença da qual não caiba mais recurso por crime cuja pena seja superior a dois anos de prisão. Nesse caso, a guarda do filho menor

III.II – TRECHOS DA CARTILHA DA PESSOA PRESA

| SUMÁRIO | |
|--|----|
| SEGUIE-ME | 5 |
| APRESENTAÇÃO | 9 |
| APENADO OU PRESO PROVISÓRIO? | 11 |
| DEVERES DO PRESO | 11 |
| DIREITOS DO PRESO | 12 |
| REGIMES DE CUMPRIMENTO DE PENA | 16 |
| BENEFÍCIOS | 17 |
| PROGRESSÃO DE REGIME | 17 |
| 1. Progressão para o REGIME SEMIABERTO | 17 |
| 1.1. Trabalho externo | 19 |
| 1.2. Frequência em curso profissionalizante, ensino médio ou superior | 19 |
| 1.3. Saídas Temporárias | 19 |
| 2. Progressão para o REGIME ABERTO | 20 |
| 3. Remição da Pena | 21 |
| 4. Livramento condicional | 21 |
| 5. Permissão de saída (art. 120 da LEP) | 22 |
| 6. Indulto e Comutação de Pena | 22 |
| DISCIPLINA | 23 |
| 7. Das Faltas Graves | 23 |
| 8. Data-base para benefícios | 24 |
| CONCEITO | 24 |
| AS SANÇÕES | 24 |
| Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) | 24 |
| Quer Saber Mais? | 25 |
| ANEXOS | 26 |
| FORMULÁRIO PARA HABEAS CORPUS | 26 |
| MODELO DE PETIÇÃO | 28 |
| FRAÇÕES PARA BENEFÍCIOS | 29 |
| CRIME COMUM - RÉU PRIMÁRIO | 29 |
| CRIME COMUM - REINCIDENTE | 29 |
| CRIME HEDIONDO - PRIMÁRIO | 29 |
| CRIME HEDIONDO - REINCIDENTE | 29 |
| CRIME COMUM + CRIME HEDIONDO - RÉU PRIMÁRIO | 29 |
| CRIME COMUM + CRIME HEDIONDO - RÉU REINCIDENTE | 29 |
| ANOTAÇÕES IMPORTANTES | 35 |

APENADO OU PRESO PROVISÓRIO?

O apenado é o indivíduo que já foi condenado. Portanto, já possui sentença condenatória contra a qual não cabem mais recursos, ou seja, a decisão transitou em julgado.

O preso provisório é aquele que ainda não possui condenação definitiva, mas se encontra preso em razão de flagrante, prisão temporária ou preventiva. Na unidade prisional, o preso provisório deverá sempre ser colocado em celas diferentes das dos presos já condenados definitivamente.

DEVERES DO PRESO

A Lei de Execuções Penais (art. 39) estabeleceu 10 deveres para o preso, condenado ou provisório. Além disso, o condenado tem a obrigação de cumprir a pena de acordo com as condições impostas na sentença. São seus deveres:

- Comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença.
- Obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se.
- Urbanidade e respeito no trato com os demais condenados.
- Conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina.
- Execução dos trabalhos, das tarefas e das ordens recebidas.
- Submissão à sanção disciplinar imposta.
- Indenização à vítima ou aos seus sucessores.
- Indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho.
- Higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento.
- Conservação dos objetos de uso pessoal.